

Pesquisa Quantitativa Regular Bimestral

2009/02



Setembro de 2009

Índice

INTRODUÇÃO	8
1. METODOLOGIA	9
2. PERCEPÇÃO DA SITUAÇÃO DO BRASIL NA ATUALIDADE.....	19
3. CRISE ECONÔMICA	34
4. PROGRAMAS GOVERNAMENTAIS.....	46
5. SAÚDE E EDUCAÇÃO.....	54
6. AVALIAÇÃO DO GOVERNO FEDERAL.....	61
6. CANAIS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO	77
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	86

ÍNDICE DE ILUSTRAÇÕES

QUADROS

QUADRO 1.1 - <i>Tamanho de amostra e precisão estatística por região geográfica e Brasil.....</i>	10
QUADRO 1.2 - <i>Tamanho de amostra e número de setores por região geográfica.....</i>	10
QUADRO 1.3 - <i>Tamanho de amostra pesquisada por Unidade Federativa, de acordo com distribuição da população residente em domicílios particulares permanentes, em setores censitários comuns ou não especiais</i>	11
QUADRO 1.4 – <i>Funções e perfis dos profissionais envolvidos no campo</i>	13
QUADRO 1.5 – <i>Fatores de ponderação por região geográfica.....</i>	16

FIGURAS

<i>FIGURA 2.1 – Avaliação da situação atual do país.....</i>	19
<i>FIGURA 2.2 – Avaliação da situação atual do Brasil, junho e agosto.....</i>	20
<i>FIGURA 2.3 – Avaliação da situação atual do Brasil, por região</i>	21
<i>FIGURA 2.4 – Percepção sobre o atual crescimento do país</i>	22
<i>FIGURA 2.5 – Expectativa da situação do país nos próximos 5 anos</i>	23
<i>FIGURA 2.6 – Expectativa da situação do país daqui a 5 anos, junho e agosto</i>	24
<i>FIGURA 2.7 – Percepção sobre a qualidade de vida da população brasileira nos últimos anos</i>	25
<i>FIGURA 2.8 – Percepção sobre a qualidade de vida da população brasileira nos últimos anos, junho e agosto</i>	27
<i>FIGURA 2.9 – Percepção sobre poder de compra e quantidade de pessoas pobres</i>	28
<i>FIGURA 2.10 – Percepção sobre os salários em geral nos últimos anos</i>	28
<i>FIGURA 2.11 – Percepção sobre os salários em geral nos últimos anos, por região</i>	29
<i>FIGURA 2.12 – Principais problemas do país na atualidade</i>	30
<i>FIGURA 2.13 – Principais problemas do país na atualidade, junho e agosto ..</i>	31
<i>FIGURA 3.1 – Situação financeira individual</i>	34
<i>FIGURA 3.2 – Situação financeira individual, junho e agosto</i>	35
<i>FIGURA 3.3 – Responsável pela crise econômica no Brasil.....</i>	37
<i>FIGURA 3.4 – Efeito da crise na vida da população brasileira.....</i>	38
<i>FIGURA 3.5 – Consequências da crise na vida da população brasileira</i>	39
<i>FIGURA 3.6 – Avaliação da atuação do Governo Federal frente à crise</i>	40
<i>FIGURA 3.7 – Resultado da crise econômica no Brasil.....</i>	41
<i>FIGURA 3.8 – Resultado da crise econômica no Brasil, junho e agosto.....</i>	42
<i>FIGURA 3.9 – Nível atual de desemprego no Brasil</i>	43
<i>FIGURA 3.10 – Medo de perder o emprego</i>	44
<i>FIGURA 3.11 – Medo de perder o emprego, comparativo junho e agosto.....</i>	45
<i>FIGURA 4.1 – Conhecimento do Programa de Aceleração do Crescimento ...</i>	46
<i>FIGURA 4.2 – Avaliação do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) ..</i>	48
<i>FIGURA 4.3 – Avaliação do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) ..</i>	49
<i>FIGURA 4.4 – Conhecimento de obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC)</i>	49
<i>FIGURA 4.5 – Conhecimento de obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), junho e agosto</i>	50
<i>FIGURA 4.6 – Avaliação do Programa Minha Casa Minha Vida.....</i>	51
<i>FIGURA 4.7 – Avaliação do Programa Minha Casa Minha Vida, junho e agosto</i>	51
<i>FIGURA 4.8 – Avaliação de programas sociais do Governo federal.....</i>	52
<i>FIGURA 4.9 – Avaliação positiva dos programas sociais do Governo federal, junho e agosto.....</i>	53
<i>FIGURA 5.1 – Utilização da Rede Pública de Saúde.....</i>	54

<i>FIGURA 5.2 – Avaliação da Rede Pública de Saúde.....</i>	55
<i>FIGURA 5.3 – Motivos da avaliação da Rede Pública de Saúde.....</i>	55
<i>FIGURA 5.4 – Avaliação da Rede Pública de Saúde por utilização.....</i>	56
<i>FIGURA 5.5 – Medo da gripe A(H1N1).....</i>	57
<i>FIGURA 5.6 – Avaliação da atuação do Ministério da Saúde frente a gripe A(H1N1)</i>	58
<i>FIGURA 5.7 – Avaliação da educação pública no País</i>	59
<i>FIGURA 5.8 – Avaliação da Educação Pública por relação com tipo de escola em que estudou na formação de 1º ou 2º graus</i>	60
<i>FIGURA 5.9 – Avaliação da Educação Pública por relação com tipo de escola em que os filhos estudam na formação de 1º ou 2º graus</i>	60
<i>FIGURA 6.1 – Avaliação de desempenho do Presidente Lula, do Governo Federal e da equipe do Presidente Lula.....</i>	61
<i>FIGURA 6.2 – Desempenho bom/ótimo do Presidente Lula, do Governo Federal e da equipe do Presidente Lula, comparativo junho e agosto.....</i>	62
<i>FIGURA 6.3 – Avaliação de desempenho do Presidente Lula, do Governo Federal e da equipe do Presidente Lula, por Região geográfica.....</i>	63
<i>FIGURA 6.4 – Aprovação do atual Governo Federal</i>	65
<i>FIGURA 6.5 – Aprovação do atual Governo Federal, junho e agosto.....</i>	66
<i>FIGURA 6.6 – Aprovação do atual Governo Federal, por Região Geográfica ..</i>	67
<i>FIGURA 6.7 – Aprovação do atual Governo Federal, comparativo junho e agosto por Região Geográfica.....</i>	68
<i>FIGURA 6.8 – Cumprimento das expectativas do atual Governo Federal</i>	69
<i>FIGURA 6.9 – Comparação entre os mandatos do Presidente Lula</i>	71
<i>FIGURA 6.10 – Comparação entre os mandatos do Presidente Lula, comparativo junho e agosto</i>	72
<i>FIGURA 6.11 – Área a ser considerada como a mais importante até o final do mandato</i>	73
<i>FIGURA 6.12 – Área a ser considerada como a mais importante até o final do mandato, comparativo junho e agosto</i>	74
<i>FIGURA 6.13 – Avaliação da atuação do Governo Federal por áreas.....</i>	76
<i>FIGURA 7.1 – Meios de informação sobre o Governo Federal.....</i>	77
<i>FIGURA 7.2 – Veículos de informação sobre o Governo Federal.....</i>	78
<i>FIGURA 7.3 – Veículos de informação sobre o Governo Federal, junho e agosto</i>	78
<i>FIGURA 7.4 – Utilização da internet</i>	80
<i>FIGURA 7.5 – Número de horas médias de utilização da internet.....</i>	83
<i>FIGURA 7.6 – Local onde costuma utilizar a internet.....</i>	84
<i>FIGURA 7.7 – Principal finalidade na utilização da internet</i>	85

TABELAS

<i>TABELA 1.1 – Amostra pesquisada por sexo, idade, classificação sócio-econômica, escolaridade e atividade exercida</i>	17
<i>TABELA 2.1 – Situação atual do país, por sexo.....</i>	22
<i>TABELA 2.2 – Percepção sobre o atual crescimento do país, por Região geográfica.....</i>	23
<i>TABELA 2.3 – Expectativa da situação do país daqui a 5 anos, por região.....</i>	25
<i>TABELA 2.4 – Percepção sobre a qualidade de vida da população brasileira nos últimos anos, por região</i>	26
<i>TABELA 2.5 – Percepção sobre a qualidade de vida da população brasileira nos últimos anos, por sexo.....</i>	27
<i>TABELA 2.6 – Principais problemas do país na atualidade, por região</i>	32
<i>TABELA 2.7 – Principais problemas, por faixas de rendimento familiar mensal</i>	33
<i>TABELA 2.8 – Principais problemas, por faixas etárias</i>	33
<i>TABELA 3.1 – Situação financeira individual, por região geográfica.....</i>	35
<i>TABELA 3.2 – Situação financeira individual, por grupos de faixa etária</i>	36
<i>TABELA 3.3 – Responsável pela crise econômica no Brasil, por região geográfica.....</i>	37
<i>TABELA 3.4 – Avaliação da atuação do Governo Federal frente à crise, por Região Geográfica</i>	40
<i>TABELA 3.5 – Avaliação da atuação do Governo Federal frente à crise, por grupos de sexo.....</i>	41
<i>TABELA 3.6 – Nível atual de desemprego no Brasil, por grupos de rendimento familiar.....</i>	43
<i>TABELA 4.1 – Conhecimento do PAC, por renda familiar mensal</i>	47
<i>TABELA 4.2 – Conhecimento do PAC, por Região Geográfica</i>	47
<i>TABELA 5.1 – Utilização da Rede Pública de saúde, por renda familiar mensal</i>	57
<i>TABELA 5.2 – Medo da gripe A(H1N1, por Região Geográfica</i>	58
<i>TABELA 6.1 – Avaliação de desempenho do Presidente Lula, do Governo Federal e da equipe do Presidente Lula, por renda familiar mensal</i>	64
<i>TABELA 6.2 – Aprovação do atual Governo Federal, por renda familiar mensal</i>	69
<i>TABELA 6.3 – Cumprimento das expectativas do atual Governo Federal, por Região Geográfica</i>	70
<i>TABELA 6.4 – Cumprimento das expectativas do atual Governo Federal, por renda familiar mensal</i>	70
<i>TABELA 6.5 – Cumprimento das expectativas do atual Governo Federal, por renda familiar mensal</i>	75
<i>TABELA 7.1 – Veículos de informação sobre o Governo Federal, por faixas etárias</i>	79

<i>TABELA 7.2 – Veículos de informação sobre o Governo Federal, por renda familiar mensal</i>	80
<i>TABELA 7.3 – Utilização da internet, por faixas etárias</i>	81
<i>TABELA 7.4 – Utilização da internet, por renda familiar mensal</i>	82
<i>TABELA 7.5 – Freqüência de acesso a internet.....</i>	82
<i>TABELA 7.6 – Freqüência de acesso a internet por horas de utilização diária</i>	83
<i>TABELA 7.7 – Principal finalidade na utilização da internet, por faixas etárias</i>	85

INTRODUÇÃO

Este relatório apresenta os resultados correspondentes à segunda Pesquisa Regular Bimestral para a avaliação dos programas e ações do Governo Federal.

No capítulo 1 serão apresentados os principais aspectos metodológicos referentes à pesquisa. Inicialmente serão descritos os procedimentos de amostragem, os processos de preparação e realização da coleta de dados. Também serão descritos os procedimentos de controle de qualidade da coleta de dados, processamento das informações e análises estatísticas dos dados.

Nos capítulos subseqüentes serão apresentados os resultados referentes aos temas abordados nesse estudo: percepção da atual situação do Brasil, crise econômica, emprego, Programa de Aceleração do Crescimento, Programa Minha casa minha vida, saúde, educação, avaliação do Governo Federal, avaliação das áreas e dos programas do Governo Federal.

O trabalho de coordenação central de campo foi desenvolvido por Jalcira das Virgens. O plano amostral da pesquisa foi elaborado pelo estatístico Juscelino Zemiacki. A análise dos dados foi realizada pelo Doutor em Sociologia Flavio Eduardo Silveira e pelo estatístico Juscelino Zemiacki. A coordenação geral do trabalho foi de responsabilidade do sociólogo Dr. Flavio Eduardo Silveira, Diretor Presidente do Instituto de Pesquisa Meta.

1. METODOLOGIA

1.1. Objetivos

O estudo teve por objetivo geral investigar as percepções gerais da população brasileira em relação à atual situação do país, aos programas e às ações do Governo Federal, às políticas públicas desenvolvidas e aos temas conjunturais, de forma a contribuir para orientação dos esforços de comunicação do governo.

1.2. Definição do público-alvo

“População maior de 16 anos residente em domicílios particulares permanentes do território brasileiro”.

1.3. Modalidade da pesquisa, método e técnica de coleta de dados

O presente estudo foi realizado através de uma pesquisa de natureza quantitativa, pelo método de coleta de dados por *survey*, com técnica de entrevista pessoal domiciliar.

1.4. Processo de amostragem e tamanho da amostra

O processo de amostragem para seleção de uma amostra da população definida obedeceu aos seguintes estágios:

- Primeiro estágio: seleção de uma amostra aleatória de setores censitários, por região geográfica do país, segundo cadastro de Setores censitários dos resultados do universo do Censo Demográfico de 2000-IBGE;
- Segundo estágio: seleção de uma amostra de domicílios em cada um dos setores selecionados na etapa anterior, a partir de um processo de amostragem probabilístico sistemático; e

- Terceiro estágio: seleção de uma pessoa em cada domicílio para responder ao questionário da pesquisa, a partir de um processo de amostragem não-probabilístico por quotas se sexo, idade e faixa de rendimento nominal mensal.

O número de entrevistas realizadas por região geográfica, assim como a margem de erro para as estimativas de proporção para cada região, com uma confiança de 95%, é apresentado no quadro a seguir:

QUADRO 1.1 - Tamanho de amostra e precisão estatística por região geográfica e Brasil

Região	Amostra	Precisão Estatística (%) *
Norte	385	5,0
Nordeste	730	3,7
Sudeste	1.000	3,1
Sul	500	4,4
Centro-oeste	385	5,0
Nacional	3.000	1,8

*Erro amostral máximo considerando-se um processo de amostragem aleatório simples e confiança de 95%.

O número de domicílios a serem pesquisados por setor censitário foi definido entre 12 a 20 domicílios. A partir dessa definição do número de domicílios a serem pesquisados em cada setor censitário e do tamanho amostral de cada região geográfica foi definido o número de setores censitários pesquisados por região geográfica.

QUADRO 1.2 - Tamanho de amostra e número de setores por região geográfica

Região	Amostra	Setores
Norte	385	29
Nordeste	730	55
Sudeste	1000	73
Sul	500	40
Centro-oeste	385	30
Total	3.000	227

Fonte: Agregado de Setores censitários
Censo 2000 - IBGE

A lista completa de municípios que fizeram parte da amostra, com os respectivos quantitativos de setores censitários selecionados para a mesma, é apresentada no Anexo I – Municípios da amostra. A fonte de dados secundários utilizada nesta fase do processo de amostragem foi a base “Agregado de Setores Censitários - Censo 2000”.

Todas as unidades federativas do país fizeram parte da amostra pesquisada. A distribuição amostral de cada estado foi proporcional ao total da população residente em domicílios particulares permanentes de cada estado, em setores censitários comuns ou não especiais e setores de aglomerados subnormais, dentro de cada Região Geográfica. A observância dessa proporcionalidade foi essencial para se garantir estimativas regionais livres da disparidade populacional de cada estado. O quadro a seguir apresenta o tamanho amostral de cada unidade da federação, de acordo com seus parâmetros populacionais.

QUADRO 1.3 - Tamanho de amostra pesquisada por Unidade Federativa, de acordo com distribuição da população residente em domicílios particulares permanentes, em setores censitários comuns ou não especiais

	% da população	Amostra
Amostra nacional		3.000
Norte	100,0	385
Rondônia	11,0	42
Acre	4,0	15
Amazônia	21,0	81
Roraima	3,0	12
Pará	48,0	185
Amapá	4,0	15
Tocantins	9,0	35
Nordeste	100,0	100,0
Maranhão	11,0	80
Piauí	6,0	44
Ceará	15,0	110
Rio Grande do Norte	6,0	44
Paraíba	7,0	51
Pernambuco	17,0	124
Alagoas	6,0	44
Sergipe	4,0	29
Bahia	28,0	204

QUADRO 1.3 (Continuação)

	% da população	Amostra
Sudeste	100,0	1.000
Minas Gerais	24,0	240
Espírito Santo	4,0	40
Rio de Janeiro	20,0	200
São Paulo	52,0	520
Sul	100,0	500
Paraná	37,0	185
Santa Catarina	21,0	105
Rio Grande do Sul	42,0	210
Centro-Oeste	100,0	385
Mato Grosso do Sul	18,0	69
Mato Grosso	21,0	81
Goiás	43,0	166
Distrito Federal	18,0	69

1.5. Coleta de dados

A pesquisa foi aplicada em uma amostra de 3.000 domicílios, totalizando a realização de 3.000 entrevistas em 227 pontos amostrais (setores censitários), de 182 municípios em todo o país, entre os dias 29 e 31 de agosto de 2009.

1.6. Procedimentos de coleta de dados

A execução do campo dessa pesquisa foi realizada de forma criteriosa, com o cumprimento de procedimentos metodológicos referentes ao pré-teste do instrumento, constituição de equipe de coleta, treinamento de equipe, estrutura e organização logística de campo.

1.6.1 Pré-teste e Questionário

O Pré-teste do instrumento para a verificação da facilidade de compreensão dos termos utilizados e perguntas formuladas, bem como, a adequação das questões e das alternativas pré-codificadas do instrumento de coleta de dados foi realizado no dia 26 de agosto de 2009.

1.6.2. Constituição e treinamento da equipe

Os questionários foram aplicados por uma equipe de 123 entrevistadores de campo, com experiência adequada, escolaridade mínima em nível médio, selecionados em função do seu aproveitamento em um sistema de avaliação permanente do trabalho dos entrevistadores realizado pela empresa, e devidamente treinados para a coleta de dados dessa pesquisa.

A equipe de aplicação dos instrumentos foi composta pelos seguintes profissionais:

QUADRO 1.4 – Funções e perfis dos profissionais envolvidos no campo

PROFISSIONAL	FUNÇÃO	PERFIL
Entrevistador	Responsável pela aplicação dos questionários junto aos entrevistados.	Formação em nível médio; Experiência na atividade; Capacidade de realizar entrevistas estruturadas; Habilidade em se deslocar em campo.
Coordenador de campo	Responsável por aplicar os treinamentos e supervisionar um grupo de entrevistadores, incluindo supervisionar as equipes de entrevistadores.	Formação Superior em qualquer área; Experiência na atividade; Capacidade de ministrar treinamentos e comandar equipes; Habilidade em resolver problemas de campo.
Revisor	Responsável por revisar cada questão em cada questionário aplicado. Ele identifica possíveis erros de preenchimento de questões, assim como respostas que não estejam claramente definidas.	Formação Superior em qualquer área; Experiência na atividade; Capacidade de revisar atentamente documentos escritos; Habilidade em identificar problemas de aplicação.
Analista de dados	Responsável pela comparação entre o questionário de check e o questionário aplicado em campo.	Formação Superior em área pertinente; Experiência na atividade; Capacidade de revisar atentamente documentos escritos; Habilidade em identificar problemas de aplicação.

1.7. Métodos de controle de qualidade do campo

Nas pesquisas quantitativas do tipo *survey*, os instrumentos de verificação da coleta são fundamentais para o controle de qualidade do campo. Nessa pesquisa foi adotado um conjunto de mecanismos sucessivos para esse fim, detalhados a seguir.

1.7.1. Supervisão de campo

O coordenador de campo em cada estado acompanhou a realização do campo de seu respectivo estado, verificando o respeito aos critérios de seleção de entrevistados, a efetiva e correta aplicação dos questionários, sanando dúvidas surgidas durante a aplicação.

1.7.2. Checagem

Nessa etapa, foi verificada a efetiva aplicação do questionário e a ocorrência de problemas de aplicação. A equipe de checadores de campo foi composta por profissionais experientes que não participam da coleta de dados. Do total de entrevistas realizadas por cada entrevistador foi sorteada aleatoriamente uma parcela de 20%. O checador retomou o contato com o entrevistado e aplicou o questionário de check, um instrumento ainda não preenchido, composto por questões chave do questionário padrão. Assim, o checador aplicou o instrumento sem conhecer as características do questionário preenchido pelo entrevistador.

1.7.3. Comparação dos questionários

Nessa fase da checagem os instrumentos de check foram comparados aos respectivos questionários aplicados na primeira entrevista. Nos casos onde os dados contidos nos dois instrumentos foram idênticos, a entrevista foi aprovada e o questionário passou para a equipe de crítica e processamento dos dados. Em caso contrário, o checador retornou a campo para identificar a resposta dada.

1.7.4. Revisão e Crítica dos questionários

Todos os questionários aplicados passaram por uma revisão e crítica, objetivando identificar possíveis erros de preenchimento de questões, erros de “pulo” e respostas que não estejam claramente definidas.

1.8. Digitação dos instrumentos aplicados

A transcrição dos dados para o meio magnético foi feita através de um sistema de entrada de dados por meio de leitura ótica, com programação no software Sphinx. Esse sistema garante maior agilidade e qualidade nessa etapa, eliminando-se totalmente os eventuais erros de digitação, comuns em sistemas usuais de digitação.

Após a leitura e transcrição dos instrumentos para o sistema de entrada de dados, os mesmos foram armazenados em um banco de dados em formato SPSS para consistência eletrônica e posterior processamento e análise estatística dos dados.

1.9. Consistência dos dados

Os dados transcritos passaram por um prévio processamento e testes de consistência para a identificação de possíveis atipicidades e falhas de transcrição.

1.10. Processamento de informações e análises estatísticas

1.10.1. Ponderação amostral do banco de dados

Antes do efetivo processamento e análise estatística dos dados, o banco de dados passou por um processo de ponderação individual das observações, decorrente do processo de amostragem proposto. Essa ponderação do banco de dados foi necessária para obtenção de estimativas nacionais mais precisas, uma vez que o plano amostral proposto, com representatividade por região geográfica, não contemplou de forma adequada os pesos proporcionais ao tamanho populacional de cada região, os quais deverão ser então incorporados

ao banco de dados, através da criação de um fator de ponderação para cada unidade amostrada.

Os fatores de ponderação são calculados dividindo-se o percentual populacional pelo percentual amostral em cada nível de representatividade da amostra (no caso as regiões geográficas). No quadro a seguir encontram-se os fatores de ponderação utilizados nessa pesquisa.

QUADRO 1.5 – Fatores de ponderação por região geográfica

Região	Amostra	Fração amostral (%)	Universo	Fração populacional (%)	Fator
Norte	385	13	9.182.504	7	0,55397
Nordeste	730	24	34.254.110	27	1,08987
Sudeste	1.000	33	57.187.433	44	1,32826
Sul	500	17	19.534.524	15	0,90744
Centro-oeste	385	13	9.004.277	7	0,54322
Total	3.000	100	129.162.848	100	1,00000

Fonte: Agregado de Setores censitários Censo 2000 – IBGE

1.10.2. Análise estatística dos dados

A apresentação e análise dos resultados, divididos por tema, foi realizada por Região Geográfica e Brasil. Esta análise contemplou além de estatísticas descritivas para cada região, análises inferenciais, com comparações das estimativas de proporção obtidas para cada região. O objetivo de análises de comparação entre as regiões geográficas do Brasil foi de verificar diferenças significativas quanto aos resultados da pesquisa e procurar identificar necessidades de ações específicas para cada região. Também foram apresentados resultados comparativos entre os grupos quanto à classificação sócio-econômica para as variáveis em que se constatou significância estatística.

Os dados serão apresentados através de estatísticas descritivas, tabelas com estimativas percentuais e gráficas do tipo histogramas e setores. Foram realizadas também análises conjuntas de duas ou mais variáveis quanto as suas relações, dependências ou associações. Nesta etapa foram utilizadas

técnicas e testes de análise fatorial de correspondência e testes de comparação de proporção (t-Student com utilização do método de comparação múltipla de Bonferroni), com uma significância de 5%. A utilização da palavra “**significância**” no decorrer do texto deste relatório remete a realização do teste t-Student para comparação de proporções, tendo sido encontrado em cada caso um p -valor $<0,05$, o que caracteriza a diferença significativa entre as proporções observadas nos grupos analisados, com uma significância de 5%

1.11. Características sócio-demográficas da amostra pesquisada

As tabelas a seguir apresentam as características da amostra nacional pesquisada, por sexo, idade, escolaridade, classificação sócio-econômica e ocupação principal.

TABELA 1.1 – Amostra pesquisada por sexo, idade, classificação sócio-econômica, escolaridade e atividade exercida

Características da amostra pesquisada	n	%
SEXO		
Masculino	1.455	48,5
Feminino	1.545	51,5
IDADE		
16 a 24 anos	759	25,3
25 a 39 anos	1.017	33,9
40 a 49 anos	532	17,7
50 anos ou mais	692	23,1
RENDIMENTO FAMILIAR MENSAL		
Até 2 S.M.	1.144	38,1
Mais de 2 até 5 S.M.	1.097	36,6
Mais de 5 até 10 S.M.	493	16,4
Mais de 10 S.M.	266	8,9
Total	3.000	100,0

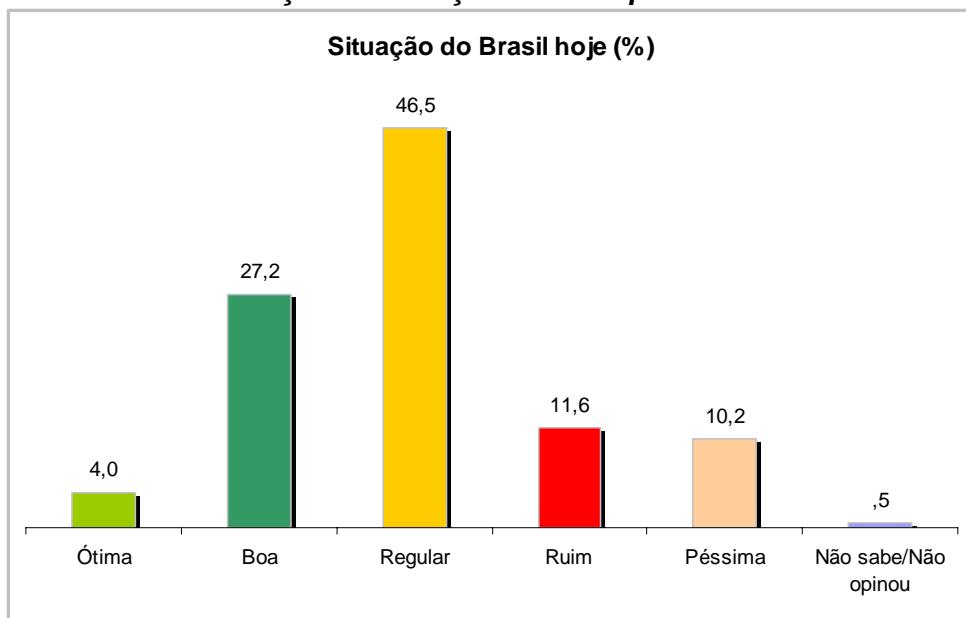
TABELA 1.1 (Continuação)

Características da amostra pesquisada	n	%
ESCOLARIDADE		
Analfabeto/Prim. Incomp/até a 3 ^a Série	383	12,8
Prim. Comp. (4 ^a série) até a 7 ^a Série	591	19,7
Fundamental Completo (8 ^a série)	538	17,9
2 ^o Grau Completo	1.120	37,3
3 ^o Grau Completo	360	12,0
Não informou	8	0,3
ATIVIDADE EXERCIDA (principal)		
Desempregado (a)	240	8,0
Dona de casa	316	10,5
Aposentado (a)	327	10,9
Empregado (a) de comércio ou serviços	641	21,4
Empregado (a) da indústria	161	5,4
Trabalhador na agricultura, pecuária ou extraç.	135	4,5
Empresário	90	3,0
Estudante	220	7,3
Autônomo/profissional liberal	572	19,1
Funcionário público	234	7,8
Outro	64	2,1
Total	3.000	100,0

2. PERCEPÇÃO DA SITUAÇÃO DO BRASIL NA ATUALIDADE

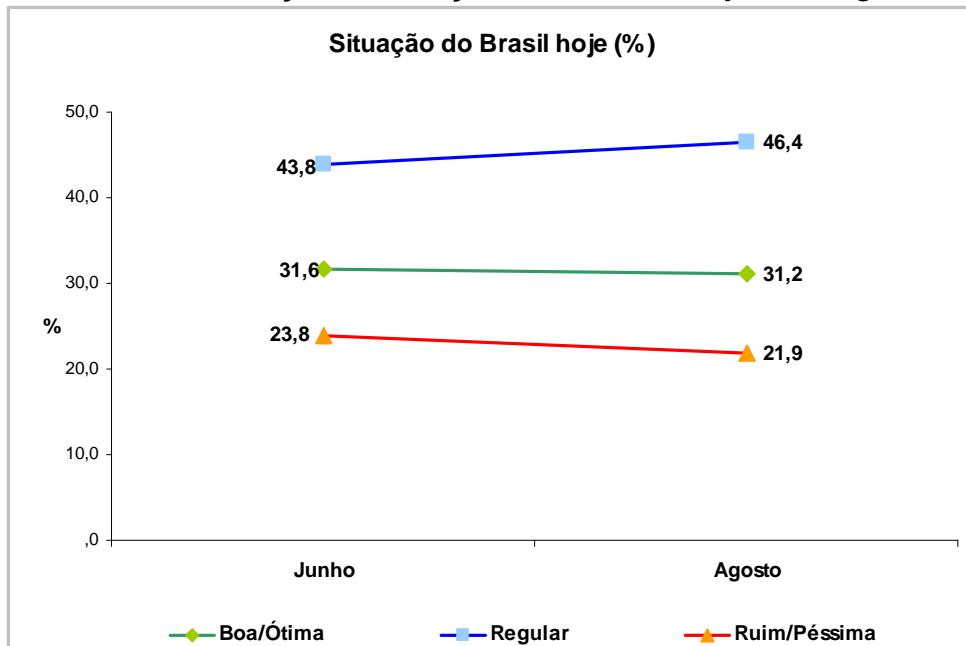
A situação atual do país foi considerada regular por 46,5% dos entrevistados. A comparação entre as proporções de avaliações positivas e negativas indicou o predomínio das primeiras: 31,2% dos entrevistados responderam que o país se encontra em uma situação ótima ou boa, enquanto 21,8% consideram a situação do país como ruim ou péssima.

FIGURA 2.1 – Avaliação da situação atual do país



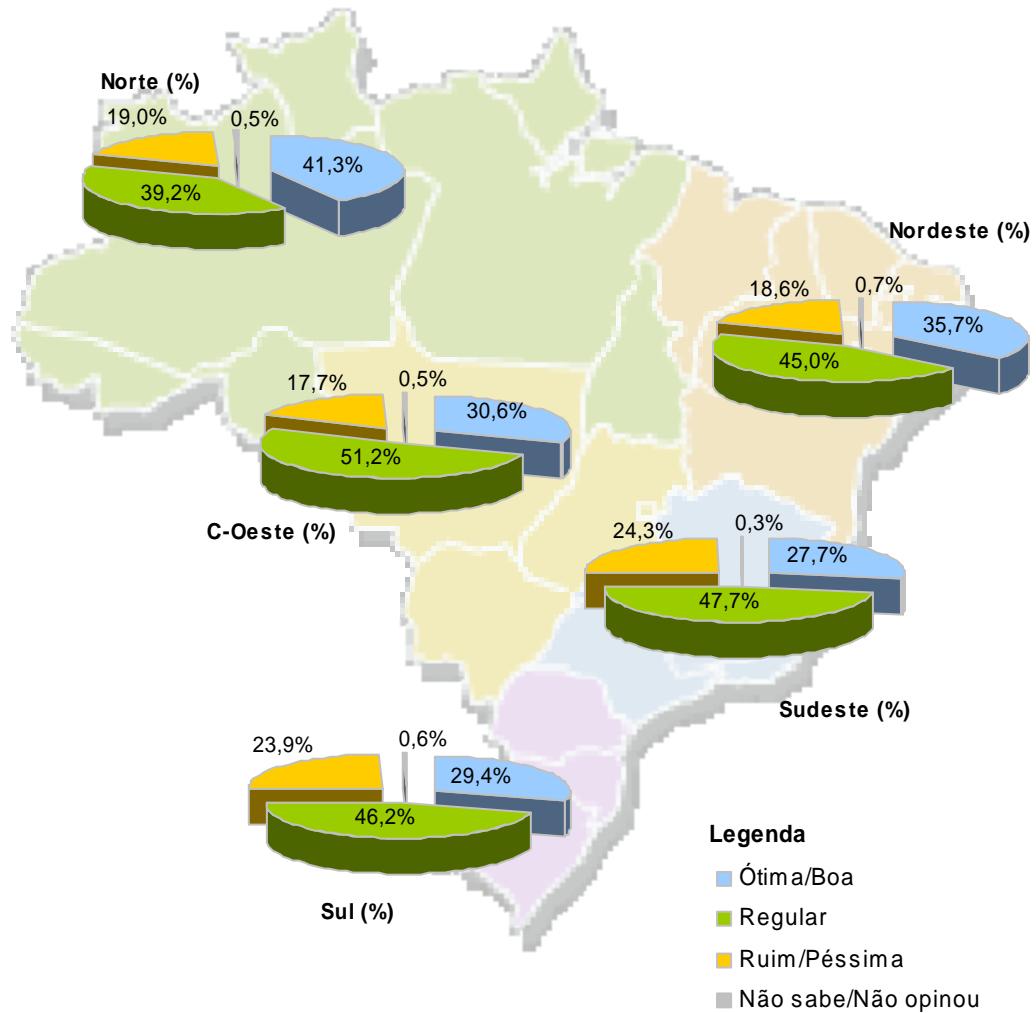
Em comparação com a pesquisa realizada no mês de junho esses índices não se alteraram de forma significativa. Observou-se um ligeiro declínio no percentual de entrevistados que avaliam a situação do país negativamente (ruim ou péssima), 23,8% em junho para 21,9% em agosto, e um leve aumento no percentual daqueles que avaliam a situação do país como regular (43,8% em junho e 46,4% em agosto).

FIGURA 2.2 – Avaliação da situação atual do Brasil, junho e agosto



A avaliação da situação atual do país apresentou diferenças significativas ($p\text{-valor}<0,05$) entre as regiões geográficas do país. A avaliação positiva (ótima ou boa) atingiu índices mais elevados nas regiões Nordeste (35,7%) e Norte (41,3%), e percentuais mais baixos nas demais regiões, chegando a 27,7% na Região Sudeste. A avaliação negativa (ruim ou péssima) apresentou índices mais elevados na Região Sul, 23,9%, e na Região Sudeste, 24,3%, apresentando diferenças significativas das regiões Norte (19,0%), Nordeste (18,6%) e Centro-Oeste (17,7%).

FIGURA 2.3 – Avaliação da situação atual do Brasil, por região

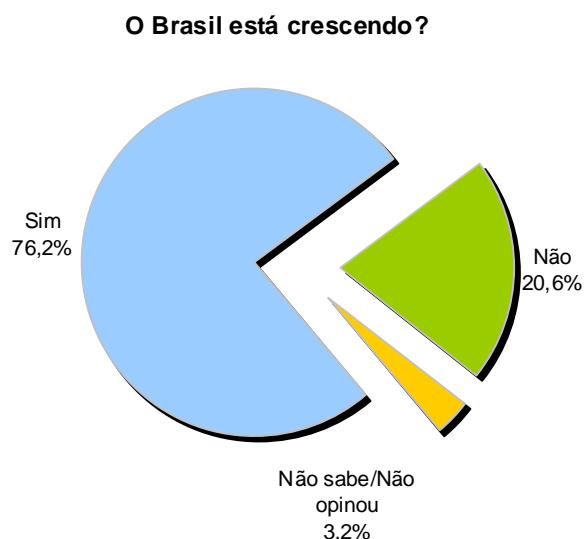


A avaliação da situação atual do país foi mais positiva entre os entrevistados do sexo masculino, e apresentou diferenças significativas (p -valor $<0,05$) em relação ao sexo feminino. Enquanto para 37,2% dos entrevistados homens a situação atual do país é ótima ou boa, 25,5% das mulheres opinam no mesmo sentido.

TABELA 2.1 – Situação atual do país, por sexo

A SITUAÇÃO DO BRASIL HOJE	Sexo (%)	
	Masculino	Feminino
Ótima	5,1	3,0
Boa	32,1	22,5
Regular	45,7	47,2
Ruim	9,7	13,5
Péssima	7,1	13,2
Não sabe/Não opinou	0,4	0,6
Total	100,0	100,0

A percepção quanto ao crescimento do país é amplamente majoritária. Para 76,2% dos entrevistados, o país está atualmente crescendo, enquanto que 20,6% dos entrevistados responderam que não está crescendo. Na pesquisa regular de junho o percentual de percepção do crescimento foi bem menor (48,7%), mas não é possível a comparabilidade com o atual resultado uma vez que as alternativas pré-estabelecidas eram outras e, neste levantamento, foram dicotomizadas.

FIGURA 2.4 – Percepção sobre o atual crescimento do país

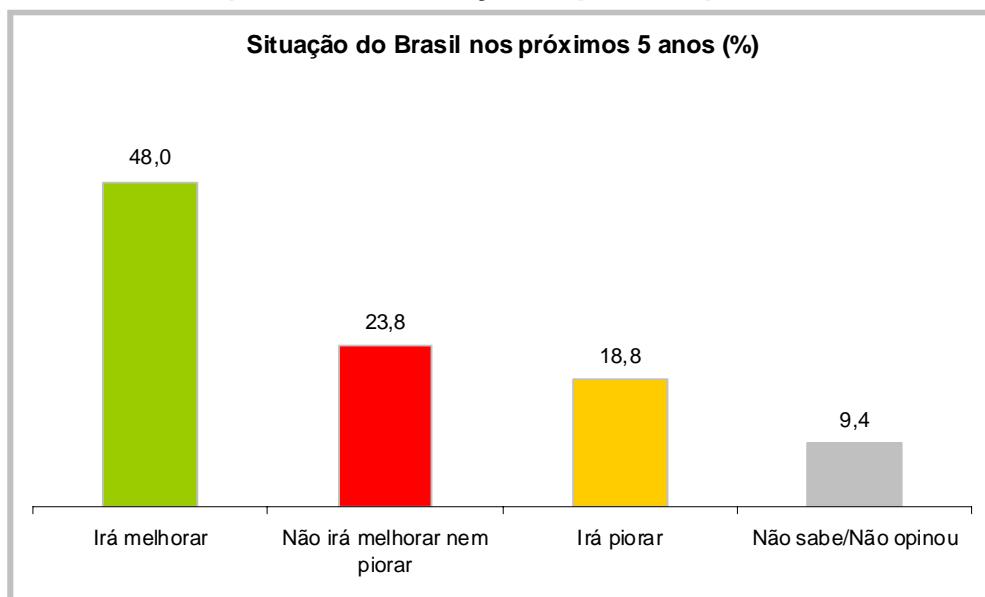
A percepção do crescimento do país apresentou diferenças significativas (p -valor<0,05) entre as Regiões geográficas: enquanto que na Região Nordeste 84,4% e no Norte 83,5% dos entrevistados responderam que o Brasil está atualmente crescendo, na Região Sul esse percentual é de 73,0%, chegando ainda a 70,7% na Região Sudeste.

TABELA 2.2 – Percepção sobre o atual crescimento do país, por Região geográfica

O BRASIL ESTÁ ATUALMENTE CRESCENDO?	Região geográfica (%)				
	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
Sim	83,5	84,4	70,7	73,0	79,9
Não	14,1	13,0	25,8	23,2	16,9
Não sabe/Não opinou	2,4	2,6	3,5	3,8	3,2
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

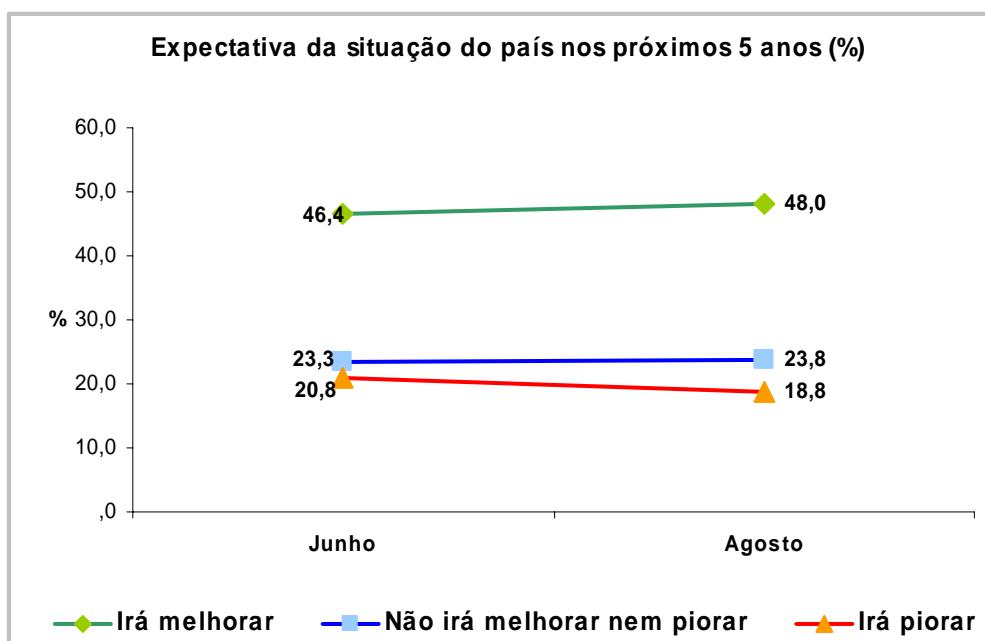
A expectativa quanto ao futuro do país apontou a tendência de predominante otimismo: 48,0% dos entrevistados acreditam que a situação do Brasil daqui a 5 anos irá melhorar, enquanto que 18,8% acreditam que irá piorar.

FIGURA 2.5 – Expectativa da situação do país nos próximos 5 anos



Em comparação com a pesquisa realizada no mês de junho, observou-se um ligeiro aumento na proporção de entrevistados que acreditam que a situação do país nos próximos 5 anos irá melhorar: em junho esse índice era de 46,4%, passando para 48,0% em agosto, ao passo que o percentual de entrevistados que acreditam que a situação do país irá piorar daqui a 5 anos declinou de 20,8% em junho para 18,8% em agosto.

FIGURA 2.6 – Expectativa da situação do país nos próximos 5 anos, junho e agosto

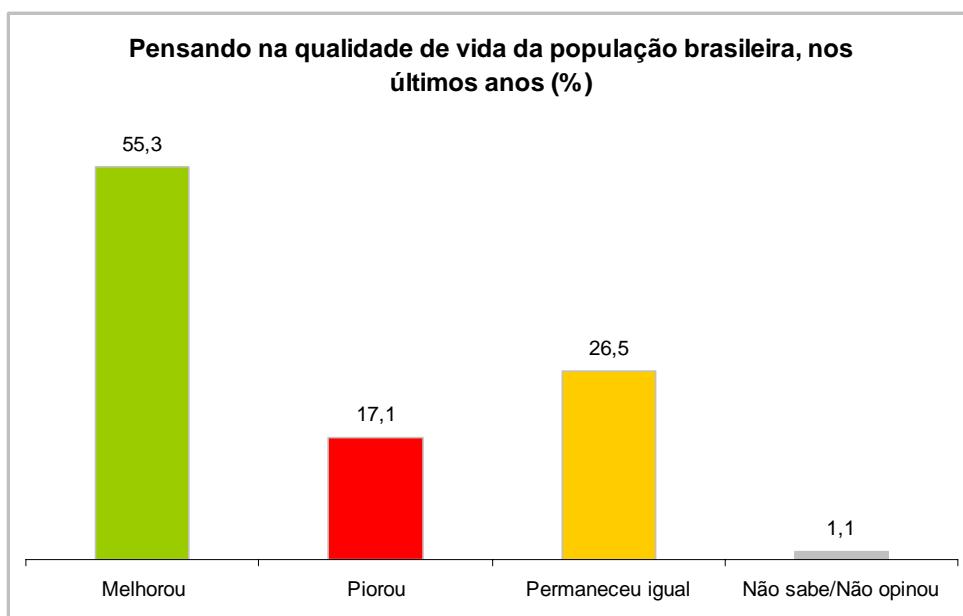


Na Região Norte foi observado um otimismo mais acentuado quanto à expectativa da situação do país nos próximos cinco anos: 55,7% dos entrevistados acreditam que o país irá melhorar. Nas regiões Nordeste e Centro-Oeste esse percentual declinou para 51,9% e 50,5%, respectivamente, alcançando a 45,9% na Região Sudeste e 43,1% na Região Sul.

TABELA 2.3 – Expectativa da situação do país nos próximos 5 anos, por região

	Região geográfica (%)				
	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
A SITUAÇÃO DO BRASIL DAQUI A 5 ANOS					
Irá melhorar	55,7	51,9	45,9	43,1	50,5
Não irá melhorar nem piorar	22,3	21,0	24,6	26,4	25,3
Irá piorar	14,7	16,3	21,0	19,3	17,2
Não sabe/Não opinou	7,3	10,8	8,5	11,2	7,0
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

A melhoria da qualidade de vida da população brasileira nos últimos anos foi percebida pela maioria dos entrevistados (55,3%), enquanto que para apenas 17,1% a qualidade de vida piorou.

FIGURA 2.7 – Percepção sobre a qualidade de vida da população brasileira nos últimos anos

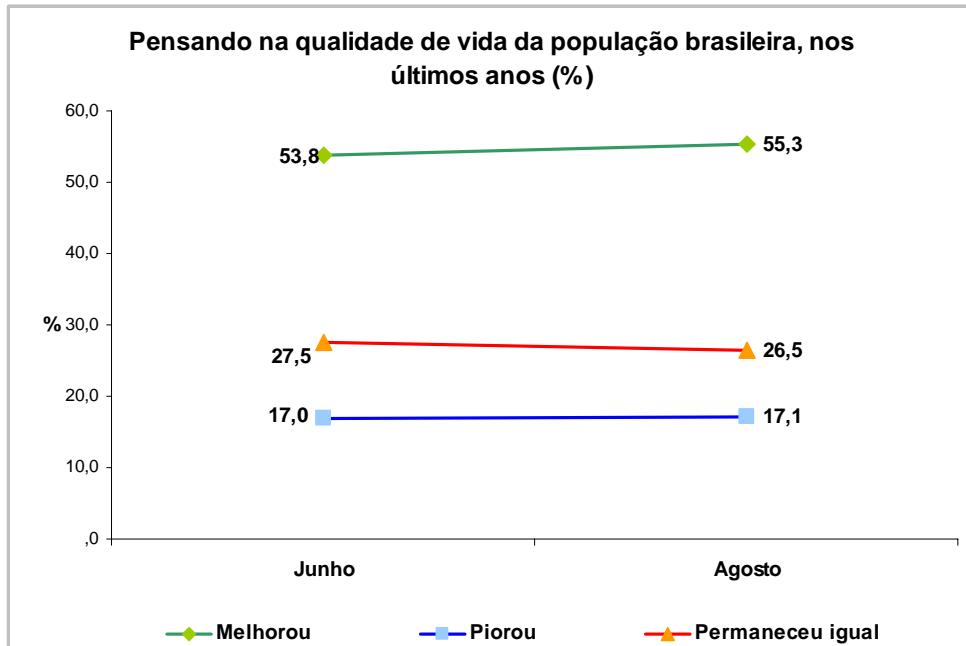
Em todas as regiões a maioria dos entrevistados percebeu a melhoria na qualidade de vida da população nos últimos anos. Destaca-se a Região Nordeste, onde 62,5% dos entrevistados percebem essa melhora, e a Região Norte, 61,7%. Essas regiões apresentam diferenças significativas (p -valor<0,05) em relação às regiões Sul (52,9%) e Sudeste (50,7%).

TABELA 2.4 – Percepção sobre a qualidade de vida da população brasileira nos últimos anos, por região

	Região geográfica (%)				
	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
PENSANDO NA QUALIDADE DE VIDA DA POPULAÇÃO NO BRASIL VOCÊ DIRIA QUE NOS ÚLTIMOS ANOS					
Melhorou	61,7	62,5	50,7	52,9	56,5
Piorou	15,9	10,6	20,5	19,7	15,4
Permaneceu igual	22,1	25,4	27,8	26,4	27,3
Não sabe/Não opinou	0,3	1,5	1,0	1,0	0,8
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Em comparação com a primeira pesquisa, realizada no mês de junho, observa-se um ligeiro aumento na proporção de entrevistados que percebem melhoria na qualidade de vida da população brasileira nos últimos anos: de 53,8% no mês de junho passou para 55,3% em agosto.

FIGURA 2.8 – Percepção sobre a qualidade de vida da população brasileira nos últimos anos, junho e agosto



Como consequência da avaliação mais negativa da situação atual do país, as mulheres se apresentam também menos otimistas quanto à percepção de melhoria da qualidade de vida da população: 49,1%, ao passo que entre os homens 61,9% entendem que houve melhoria na qualidade de vida da população nos últimos anos.

TABELA 2.5 – Percepção sobre a qualidade de vida da população brasileira nos últimos anos, por sexo

A QUALIDADE DE VIDA DA POPULAÇÃO NO BRASIL NOS ÚLTIMOS ANOS	Sexo (%)	
	Masculino	Feminino
Melhorou	61,9	49,1
Piorou	14,0	20,0
Permaneceu igual	23,2	29,7
Não sabe/Não opinou	0,9	1,2
Total	100,0	100,0

A avaliação positiva indicando a melhora na qualidade de vida da população brasileira nos últimos anos se reflete em outros aspectos relacionados: 52,7% dos entrevistados percebem que o salário em geral vem aumentando, nos últimos anos. Corroborando a esse dado, 52,1% dos entrevistados afirmaram estar comprando mais do que compravam antes. A exceção é a percepção de que o número de pobres tem aumentado nos últimos anos: 54,1% dos entrevistados responderam que atualmente existem mais pobres do que em anos anteriores.

FIGURA 2.9 – Percepção sobre poder de compra e quantidade de pessoas pobres

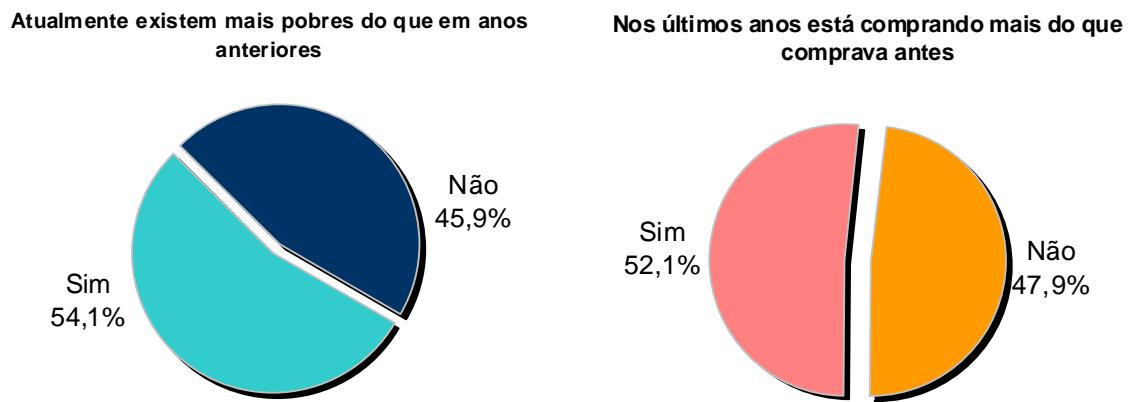
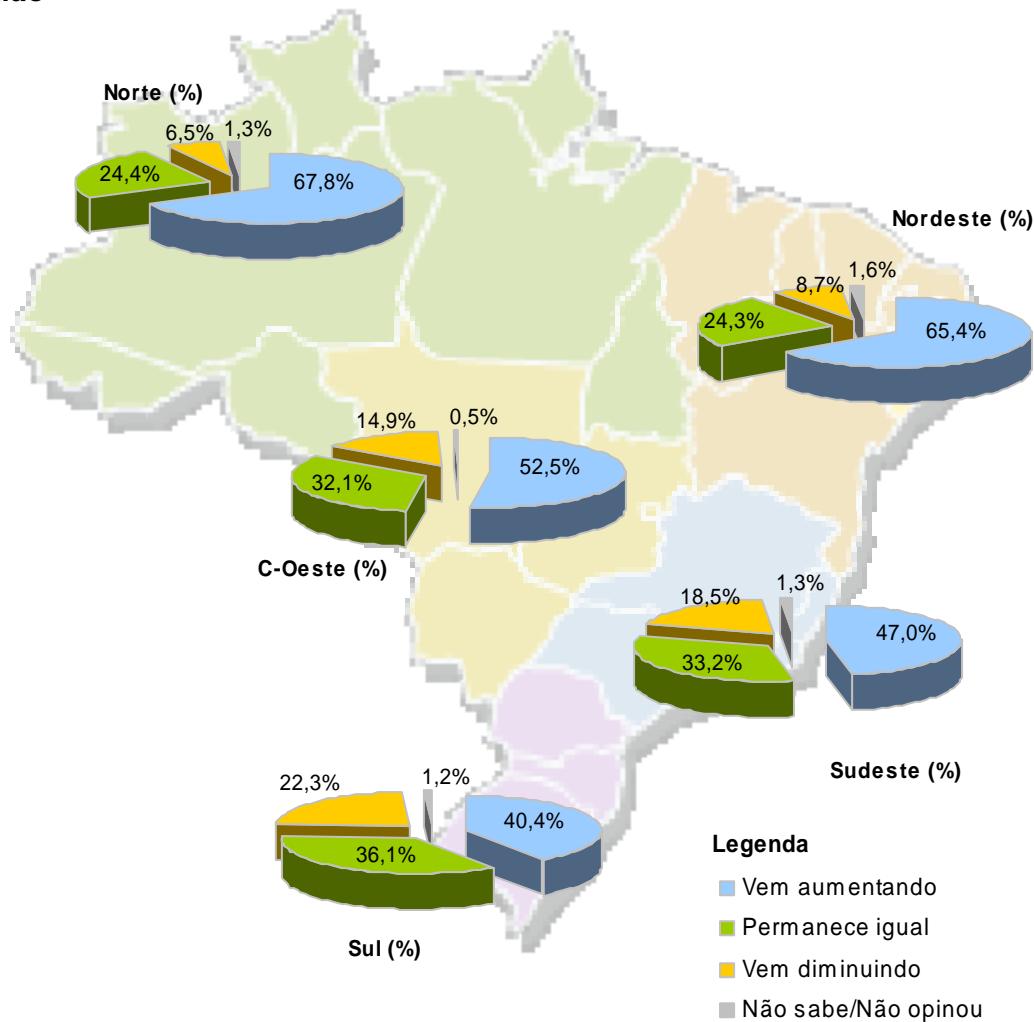


FIGURA 2.10 – Percepção sobre os salários em geral nos últimos anos



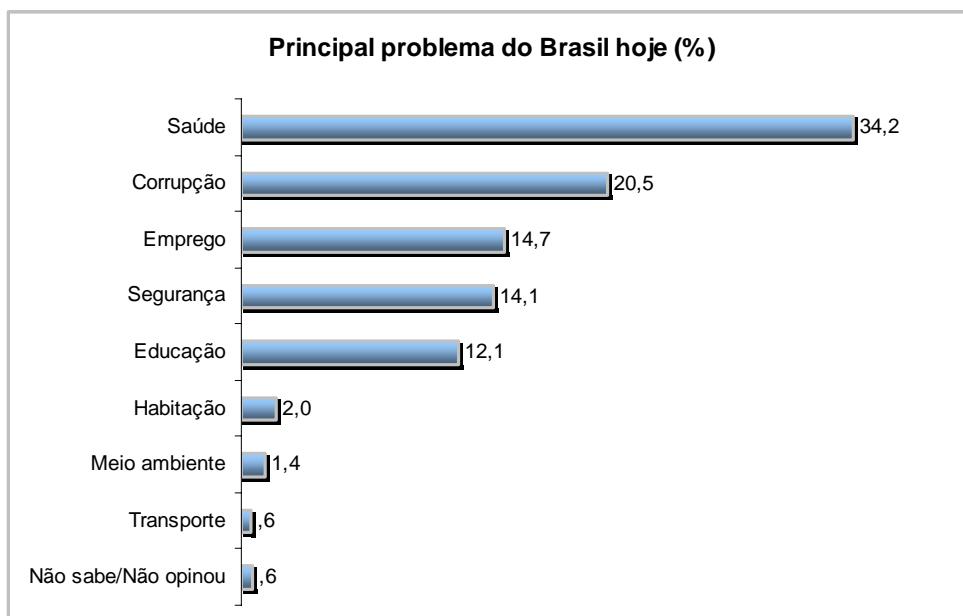
As regiões Norte e Nordeste apresentam as maiores proporções da percepção de que os salários em geral vem aumentando nos últimos anos. Enquanto nessas regiões esse índice atinge patamares superiores a 65,0%, na Região Sudeste declinou para 47,0%, alcançando proporções ainda menores na Região Sul: 40,4%

FIGURA 2.11 – Percepção sobre os salários em geral nos últimos anos, por região



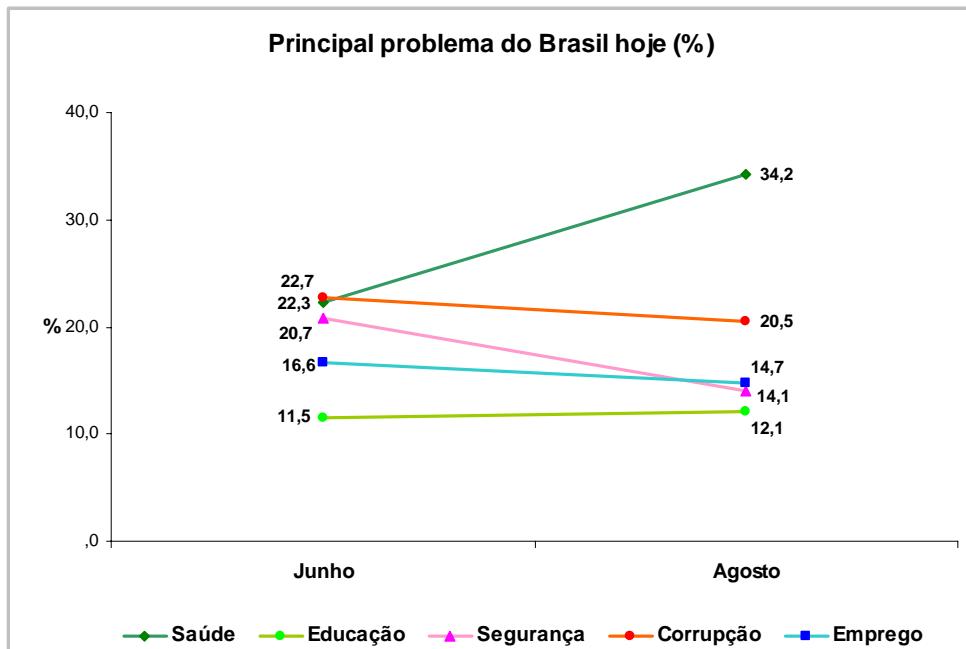
A saúde foi apontada por 34,2% dos entrevistados como o principal problema do Brasil hoje, seguido da corrupção, apontada por 20,5% dos entrevistados. Outros 14,7% apontaram o desemprego como principal problema, 14,1% a segurança, e 12,1% a educação.

FIGURA 2.12 – Principais problemas do país na atualidade



Comparando com os resultados da primeira pesquisa, realizada em junho, os dados atuais apontam para um expressivo aumento da proporção de entrevistados que consideraram a saúde como o principal problema do país. Em junho, esse percentual era de 22,3%, passando para 34,2% em agosto. Esse aumento pode ser atribuído ao avanço da gripe A (H1N1) no país e a consequente predominância de notícias sobre esse assunto nos meios de comunicação. Por outro lado, a segurança, que era apontada como o principal problema do país por 20,7% dos entrevistados em junho, declinou para 14,1% em agosto, ocupando apenas a quarta posição no rol de principais problemas.

FIGURA 2.13 – Principais problemas do país na atualidade, junho e agosto



A percepção quanto ao principal problema do país na atualidade apresentou diferenças significativas ($p\text{-valor}<0,05$) entre as regiões geográficas do país. A saúde foi apontada como principal problema em maior proporção na Região Centro-Oeste (40,0%). A corrupção foi indicada em maior proporção na Região Sul (26,9%). O emprego e a segurança foram lembrados em maior proporção na Região Nordeste (17,4% e 18,9% respectivamente). Já a educação apresentou seu maior índice na Região Sudeste (14,5%).

TABELA 2.6 – Principais problemas do país na atualidade, por região

PRINCIPAL PROBLEMA DO BRASIL	Região geográfica (%)				
	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
Saúde	35,9	32,6	35,3	30,4	40,0
Corrupção	19,5	18,2	19,3	26,9	23,1
Emprego	12,8	17,4	14,2	13,6	11,7
Segurança	14,3	18,9	11,4	15,0	10,1
Educação	12,5	8,8	14,5	10,9	10,9
Habitação	2,3	0,8	2,9	1,4	1,3
Meio ambiente	1,3	1,5	1,3	1,2	1,6
Transporte	0,8	0,7	0,6	0,0	0,8
Não sabe/Não opinou	0,5	1,1	0,4	0,6	0,5
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

A percepção do principal problema do país apresentou diferenças significativas também entre os grupos de faixas de renda familiar e faixas etárias. A saúde foi apontada como o principal problema por 37,3% dos entrevistados de famílias com renda mais baixa (2 Salários mínimos ou menos), enquanto que na faixa de renda mais alta (superior a 10 SM), essa proporção corresponde a 25,3%. Por outro lado, a corrupção foi apontada como principal problema por 28,1% dos entrevistados da faixa salarial acima de 10 salários mínimos, enquanto que entre os entrevistados da faixa salarial mais baixa esse problema foi apontado como principal por 15,4% dos entrevistados. Essas diferenças podem ser observadas também em relação ao emprego: entre os entrevistados de famílias com rendimento familiar de 2 salários mínimos ou menos, 19,6% apontaram esse problema como o principal do país na atualidade, enquanto que entre os entrevistados de famílias de rendimento maior essa proporção foi de apenas 4,4%.

TABELA 2.7 – Principais problemas, por faixas de rendimento familiar mensal

PRINCIPAL PROBLEMA DO BRASIL	Renda familiar (%)			
	2SM ou menos	Mais de 2 a 5 SM	Mais de 5 a 10 SM	Mais de 10 SM
Saúde	37,3	34,5	31,8	25,3
Corrupção	15,4	21,4	25,8	28,1
Emprego	19,6	15,4	6,7	4,4
Segurança	14,7	14,1	12,2	15,0
Educação	14,7	14,1	12,2	15,0
Habitação	2,2	1,9	2,1	1,1
Meio ambiente	1,6	1,5	0,9	0,8
Transporte	0,7	0,5	0,2	0,9
Não sabe/Não opinou	0,8	0,8	0,2	0,0
Total	100,0	100,0	100,0	100,0

A saúde foi considerada o principal problema do país por 41,5% dos entrevistados de idade superior a 50 anos. Entre os mais jovens (16 a 24 anos), essa proporção declinou para 29,3%. Por outro lado, a educação apresentou sua maior proporção entre os entrevistados mais jovens: 16,1% dos entrevistados de idade 16 a 24 anos indicaram a educação como principal problema do país. Já entre os entrevistados com idade superior a 50 anos 8,7% compartilham dessa mesma opinião.

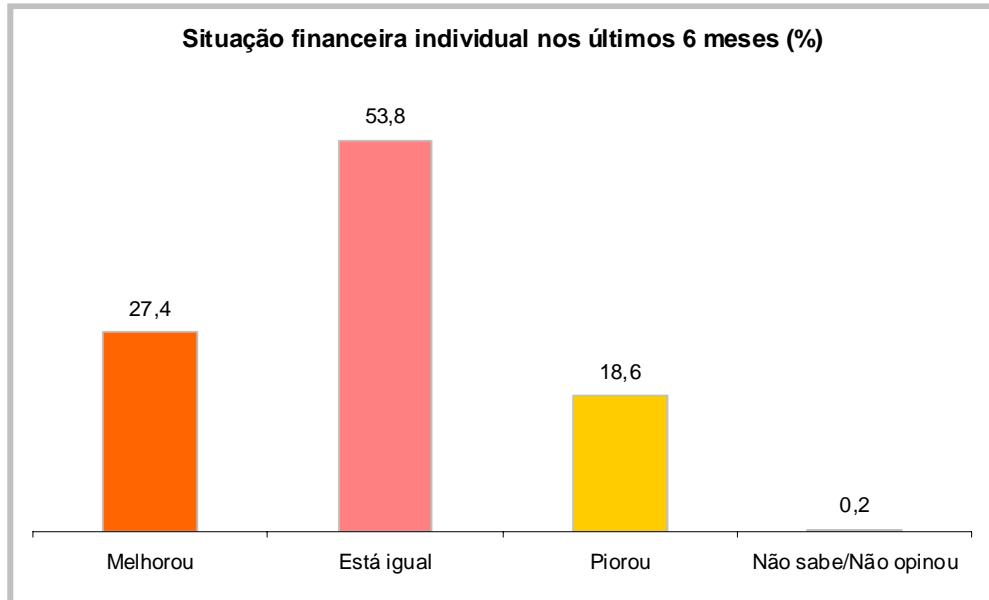
TABELA 2.8 – Principais problemas, por faixas etárias

PRINCIPAL PROBLEMA DO BRASIL	Faixa etária (anos) (%)			
	16 a 24	25 a 39	40 a 49	50 ou mais
Saúde	29,3	32,1	36,3	41,5
Corrupção	20,1	22,3	20,8	17,1
Emprego	18,7	15,9	12,0	10,8
Segurança	11,1	13,1	15,7	17,6
Educação	16,1	12,1	10,8	8,7
Habitação	1,4	2,3	2,2	1,9
Meio ambiente	2,2	1,3	0,6	1,1
Transporte	0,6	0,4	0,9	0,5
Não sabe/Não opinou	0,5	0,6	0,7	0,8
Total	100,0	100,0	100,0	100,0

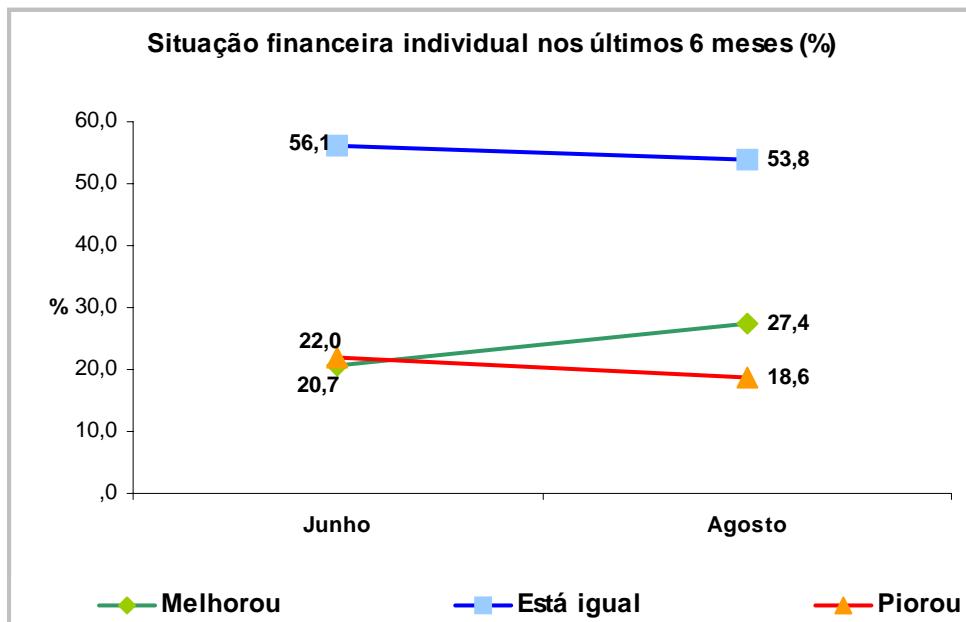
3. CRISE ECONÔMICA

A situação financeira individual foi percebida como estável nos últimos 6 meses pela maioria dos entrevistados (53,8%). Para 27,4% a situação financeira melhorou, e para 18,6% piorou.

FIGURA 3.1 – Situação financeira individual



Comparando com os dados da pesquisa realizada em junho, observou-se uma diferença significativa ($p\text{-valor}<0,05$) na proporção de entrevistados que disseram ter melhorado sua situação financeira nos últimos seis meses: em junho esse percentual era de 20,7%, passando para 27,4% em agosto. Houve ligeiro declínio dos percentuais relativos à situação estável e pior. Esta alteração provavelmente está relacionada à percepção do término da crise econômica ou de sua fase mais aguda.

FIGURA 3.2 – Situação financeira individual, junho e agosto

A percepção de melhoria na situação financeira individual apresentou maiores percentuais relativos na região Nordeste, (36,0%). Na Região Sul 17,1% afirmaram que sua situação financeira individual melhorou nos últimos 6 meses, ao passo que 25,2% afirmaram ter piorado.

TABELA 3.1 – Situação financeira individual, por região geográfica

SITUAÇÃO FINANCEIRA INDIVIDUAL NOS ÚLTIMOS SEIS MESES	Região geográfica (%)				
	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
Melhorou	26,8	36,0	25,6	17,1	28,9
Está igual	56,8	49,8	54,1	57,5	56,5
Piorou	16,3	13,8	20,4	25,2	13,8
Não sabe/Não opinou	0,0	0,4	0,0	0,2	0,8
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

A variável idade também apresentou diferenças significativas (p-valor<0,05) na percepção de melhoria da situação financeira individual. Entre os mais jovens, 16 a 24 anos, 37,1% dos entrevistados dessa faixa responderam que sua situação melhorou nos últimos 6 meses. Essa proporção declina para 28,9% entre os respondentes de idade 25 a 39 anos, para 21,6% dos respondentes de 40 a 49 anos.

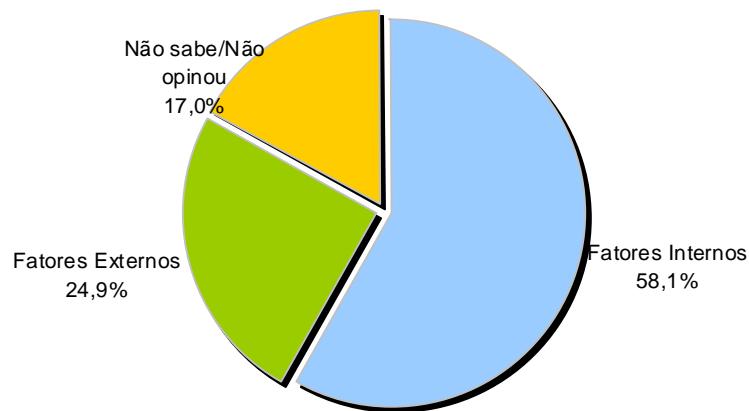
TABELA 3.2 – Situação financeira individual, por grupos de faixa etária

	Faixa etária (anos) (%)			
	16 a 24	25 a 39	40 a 49	50 ou mais
SITUAÇÃO FINANCEIRA INDIVIDUAL NOS ÚLTIMOS SEIS MESES				
Melhorou	37,1	28,9	21,6	18,6
Está igual	48,0	51,4	56,5	62,2
Piorou	14,9	19,6	21,9	18,7
Não sabe/Não opinou	0,0	0,1	0,0	0,5
Total	100,0	100,0	100,0	100,0

Fatores internos foram apontados por 58,1% dos entrevistados como responsáveis pela crise econômica no Brasil. A causa da crise foi atribuída a fatores externos por 24,9% dos entrevistados. Outros 17,0% não souberam opinar a respeito.

FIGURA 3.3 – Responsável pela crise econômica no Brasil

A responsabilidade pela crise econômica no Brasil está em...



Não há comparabilidade com os dados da pesquisa anterior (junho), em função da alteração das alternativas pré-codificadas. Mas, de qualquer modo, foi mantida a mesma tendência de predominância dos fatores internos percebidos como os principais responsáveis pela crise econômica. As diferenças na opinião quanto aos fatores responsáveis pela crise econômica são significativas ($p\text{-valor} < 0,05$) entre as regiões Sul e Norte. Enquanto na Região Sul 61,1% dos entrevistados atribuíram a responsabilidade pela crise aos fatores internos, na Região Norte essa proporção corresponde a 46,8%.

TABELA 3.3 – Responsável pela crise econômica no Brasil, por região geográfica

A RESPONSABILIDADE PELA CRISE ECONÔMICA NO BRASIL ESTÁ...	Região geográfica (%)				
	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
Em fatores internos	46,8	57,6	59,3	61,1	55,8
Em fatores externos	37,9	20,1	27,6	20,0	23,3
Não sabe/Não respondeu	15,3	22,3	13,0	18,8	20,9
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

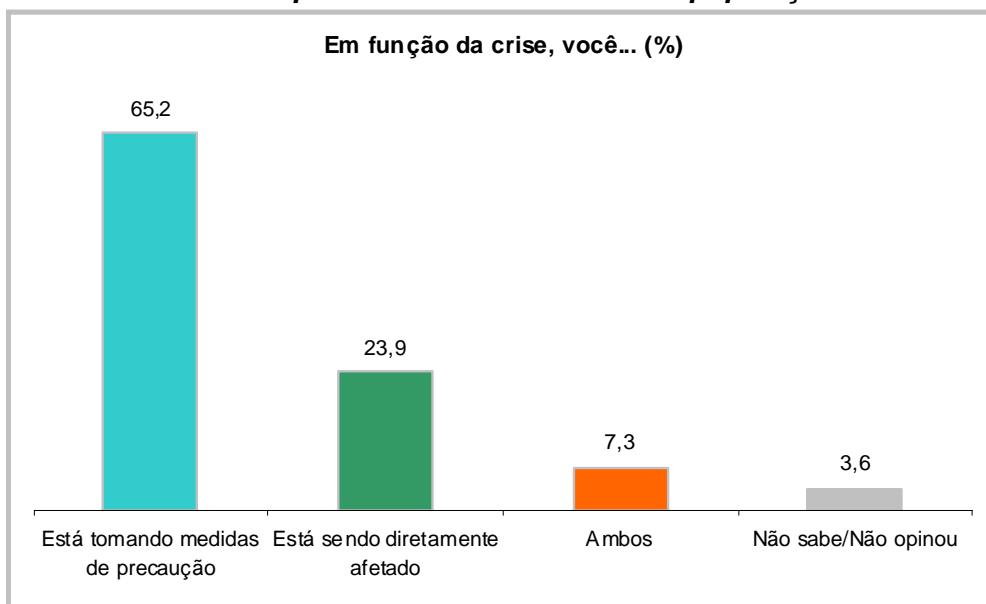
A crise econômica no país está afetando a vida de 45,7% dos entrevistados. Outros 52,4% responderam que a crise econômica não está afetando sua vida.

FIGURA 3.4 – Efeito da crise na vida da população brasileira



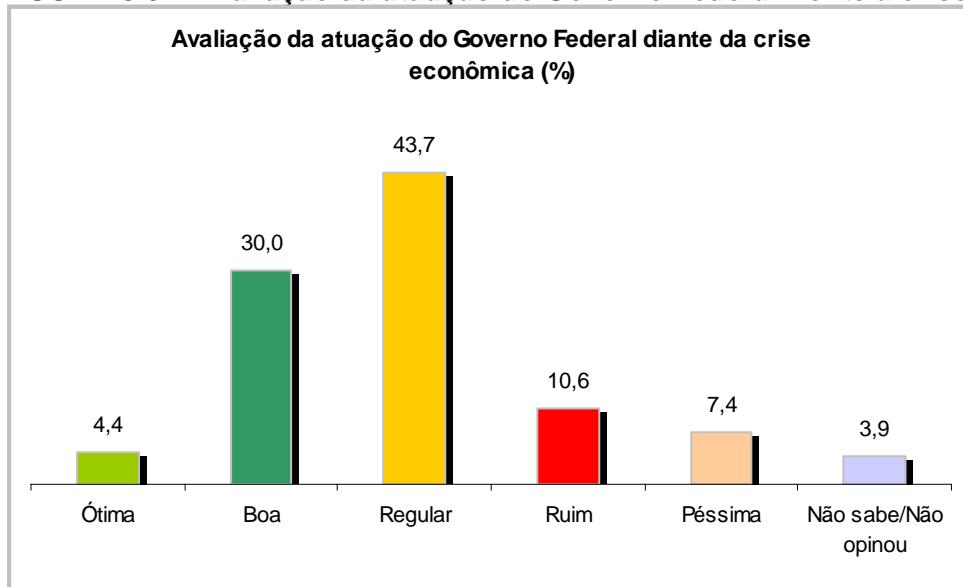
Não há comparabilidade com os dados da pesquisa anterior (junho), em função da alteração das alternativas pré-codificadas. De qualquer modo a tendência de acentuado crescimento da resposta “não está alterando” observada, também pode estar associada ao período mais favorável em relação a esta crise.

Entre os entrevistados que estão sendo afetados pela crise, 65,2% afirmaram que estão tomando medidas de precaução diante da crise (reduzindo gastos e economizando). Outros 23,9% afirmaram que estão sendo diretamente afetados pela crise (perdendo clientes, perdendo emprego, não conseguindo arrumar emprego). Ainda 7,3% afirmaram que estão sendo diretamente afetados e estão tomando medidas de precaução.

FIGURA 3.5 – Conseqüências da crise na vida da população brasileira

Base de estimativas percentuais: 1371 respondentes (45,7% dos entrevistados que responderam que a crise está afetando sua vida)

A avaliação da atuação do Governo Federal diante da crise foi considerada por 43,7% como regular. A comparação entre respostas positivas e negativas indicou o predomínio das primeiras: 34,4% dos entrevistados avaliaram essa atuação como ótima ou boa e 18,0% como ruim ou péssima. Embora as alternativas pré-codificadas não sejam as mesmas do levantamento anterior (junho) observou-se a mesma tendência de uma avaliação regular relativamente maior e de avaliações positivas superiores às negativas.

FIGURA 3.6 – Avaliação da atuação do Governo Federal frente à crise

A avaliação positiva da atuação do governo federal frente à crise difere significativamente ($p\text{-valor}<0,05$) entre as regiões Norte/Nordeste e as regiões Sul/Sudeste. Na Região Norte 43,5% dos entrevistados avaliaram positivamente a atuação do governo diante da crise. No Nordeste esse percentual foi de 41,2%. Em contraste na Região Sudeste foi de 31,6 e na Região Sul 27,5%.

TABELA 3.4 – Avaliação da atuação do Governo Federal frente à crise, por Região Geográfica

AVALIAÇÃO DA ATUAÇÃO DO GOVERNO FEDERAL FRENTE A CRISE	Região geográfica (%)				
	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
Ótima	6,3	7,6	3,0	1,0	7,8
Boa	37,2	33,7	28,6	26,5	25,5
Regular	35,9	40,4	46,1	44,9	45,6
Ruim	10,5	6,6	12,7	11,7	10,2
Péssima	6,5	5,8	7,2	10,5	8,1
Não sabe/Não opinou	3,7	6,0	2,4	5,3	2,9
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

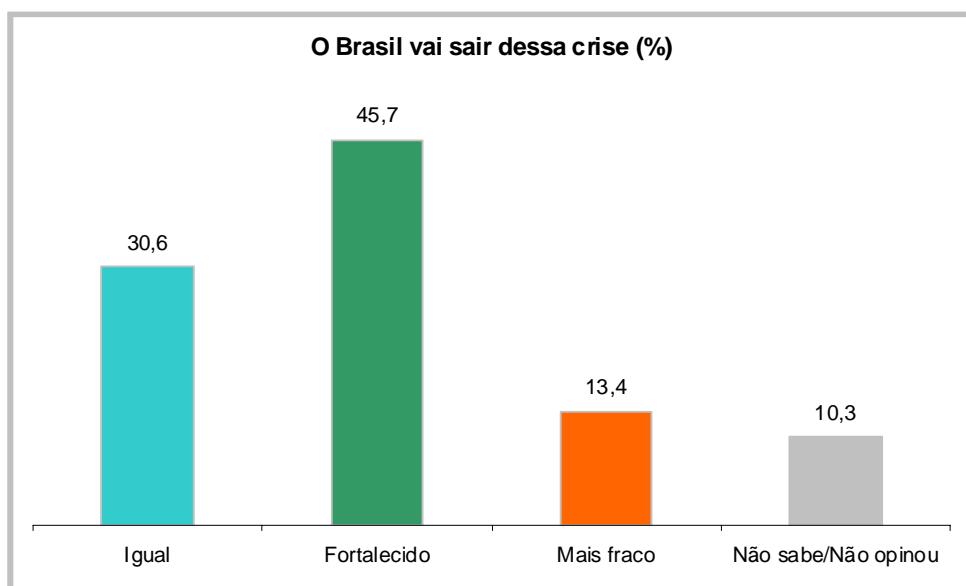
As diferenças também foram significativas entre os grupos de sexo. Enquanto 40,5% dos homens avaliaram como boa ou ótima a atuação do governo diante da crise, apenas 28,6% das mulheres afirmaram o mesmo.

TABELA 3.5 – Avaliação da atuação do Governo Federal frente à crise, por grupos de sexo

AVALIAÇÃO DA ATUAÇÃO DO GOVERNO FEDERAL FRENTE A CRISE	Sexo (%)	
	Masculino	Feminino
Ótima	5,9	3,0
Boa	34,6	25,6
Regular	40,5	46,7
Ruim	10,4	10,8
Péssima	6,0	8,6
Não sabe/Não opinou	2,6	5,3
Total	100,0	100,0

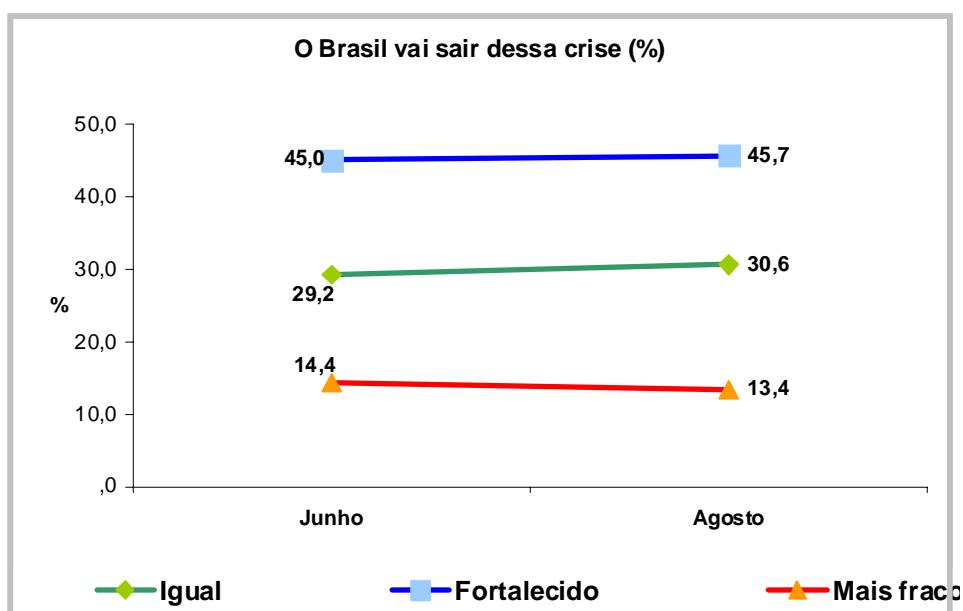
A opinião de que o Brasil vai sair fortalecido dessa crise foi indicada por 45,7% dos entrevistados. Outros 30,6% acreditam que o país sairá igual, enquanto 13,4% entendem que o país sairá enfraquecido dessa crise.

FIGURA 3.7 – Resultado da crise econômica no Brasil

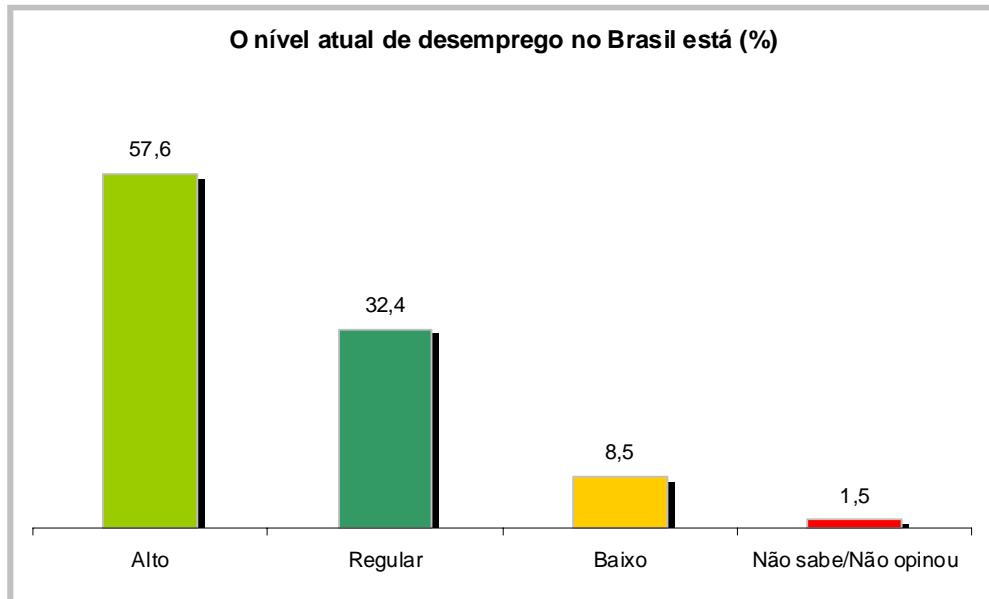


Em comparação com a primeira pesquisa, realizada em junho, não se verificaram alterações significativas das proporções sobre as expectativas de o país sair da crise, permanecendo níveis estáveis.

FIGURA 3.8 – Resultado da crise econômica no Brasil, junho e agosto



O nível atual de desemprego no país é considerado alto por 57,6% dos entrevistados. Outros 32,4% consideram esse nível como regular, enquanto que 8,5% o consideram baixo. Embora não seja possível comparar estes dados com os do levantamento anterior, em função de diferença na formulação das alternativas pré-estabelecidas, a percepção do nível elevado de desemprego encontrada no atual levantamento foi relativamente menor que o anterior. Contudo, a proporção dos que consideram alto o nível de desemprego é ainda muito grande.

FIGURA 3.9 – Nível atual de desemprego no Brasil

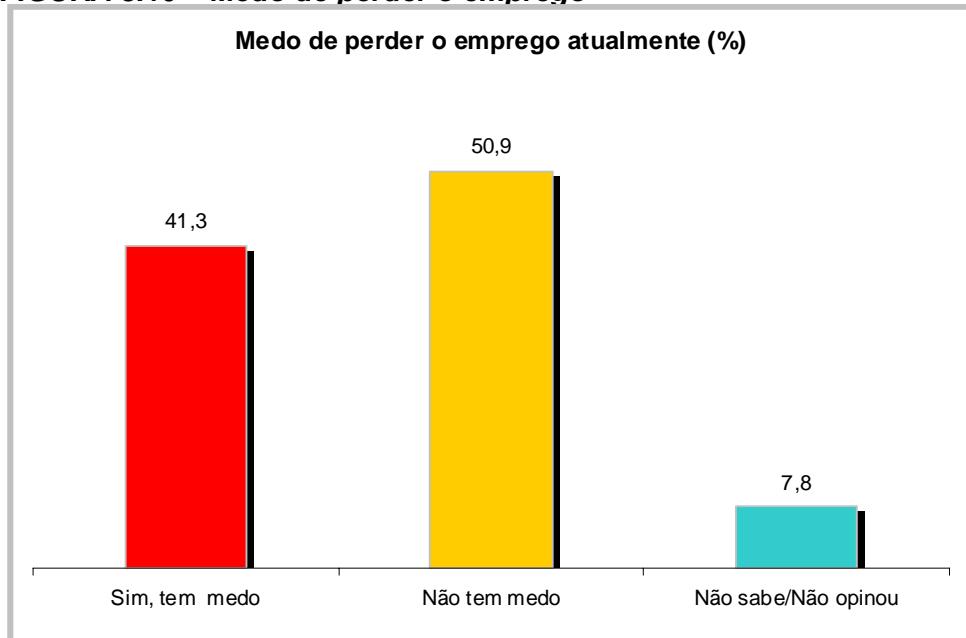
O nível atual de desemprego no país foi considerado alto em maior proporção pelos entrevistados de famílias com rendimento mensal de 2 salários mínimos ou menos (62,3%). Entre os entrevistados de famílias com rendimento superior a 10 salários mínimos esse percentual é significativamente menor (52,2%).

TABELA 3.6 – Nível atual de desemprego no Brasil, por grupos de rendimento familiar

O NÍVEL ATUAL DE DESEMPREGO NO BRASIL ESTÁ...	Renda familiar (%)			
	2SM ou menos	Mais de 2 a 5 SM	Mais de 5 a 10 SM	Mais de 10 SM
Alto	62,3	54,1	56,6	52,2
Regular	27,0	35,6	34,2	39,8
Baixo	8,6	9,1	8,1	6,3
Não sabe/Não opinou	2,1	1,2	1,1	1,7
Total	100,0	100,0	100,0	100,0

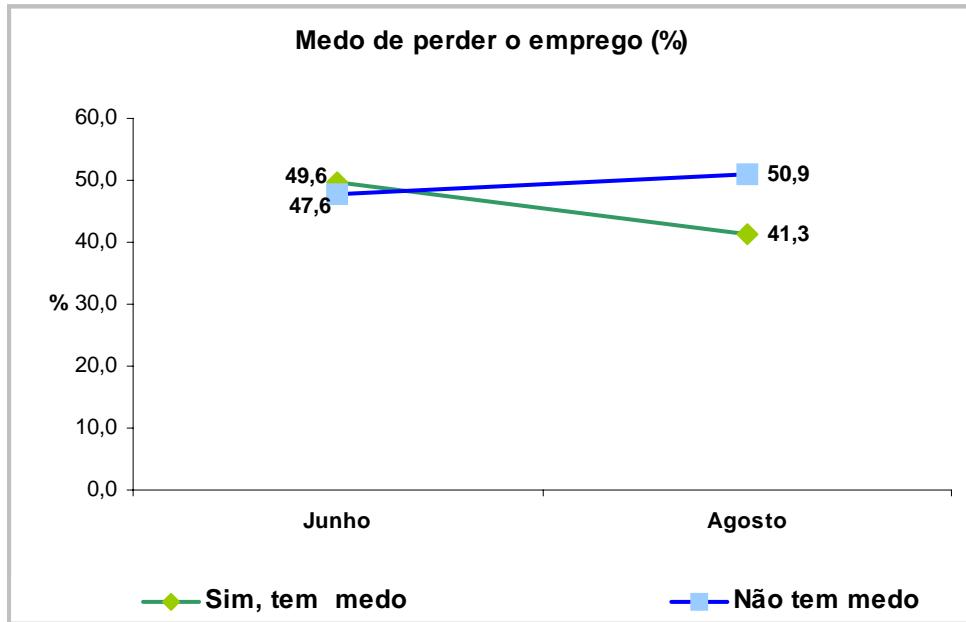
Entre os entrevistados que estão atualmente trabalhando, 50,9% afirmaram não ter medo de perder o emprego, enquanto 41,3% indicaram ter medo de perder seu emprego.

FIGURA 3.10 – Medo de perder o emprego



Em comparação com a primeira pesquisa, realizada no mês de junho, verificou-se uma diminuição significativa da proporção de entrevistados que sente medo de perder o emprego. A melhoria da situação da crise, com os sinais de recuperação diante da crise, no Brasil e no mundo e a sensação de que o pior já passou, refletiu-se na tranquilidade das pessoas em relação à manutenção de seus postos de trabalho. Enquanto em junho o percentual de entrevistados que tinham medo de perder seu emprego era de 49,6%, em agosto esse percentual declinou para 41,3%.

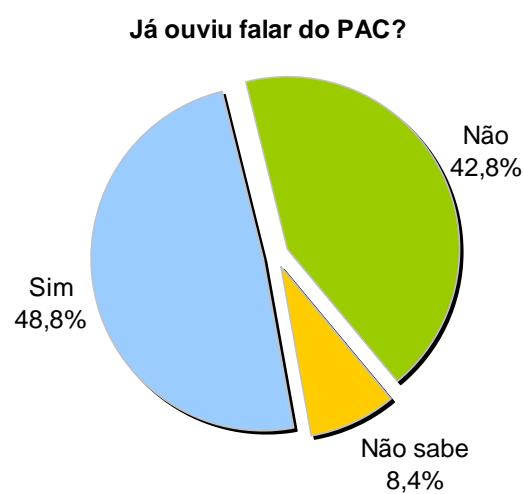
FIGURA 3.11 – Medo de perder o emprego, comparativo junho e agosto



4. PROGRAMAS GOVERNAMENTAIS

Quase metade dos entrevistados (48,8%) já ouviu falar sobre o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Também foi expressivo o percentual daqueles que nunca ouviram falar no PAC (42,8%). Outros 8,4% dos entrevistados não souberam dizer se já haviam ouvido falar no Programa de Aceleração do Crescimento. É provável, portanto, que desconheçam, totalizando 51,2% correspondente ao total desconhecimento. Embora não seja possível comparar com os resultados da pesquisa anterior, pois a pergunta e as alternativas eram diferentes, observou-se a manutenção de elevado percentual de desconhecimento do PAC. Mesmo considerando a situação não comprometedora de apenas ter ouvido falar, a proporção de desconhecimento foi consideravelmente alta.

FIGURA 4.1 – Conhecimento do Programa de Aceleração do Crescimento



O Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) é mais conhecido pela população de renda familiar mais alta (mais de 10 salários mínimos): entre os entrevistados desse grupo 77,7% afirmaram já ter ouvido falar no PAC. Esse percentual decresce à medida que diminui a renda familiar mensal, chegando a 34,2% entre os entrevistados da faixa de renda menor (até 2 salários mínimos).

TABELA 4.1 – Conhecimento do PAC, por renda familiar mensal

JÁ HOUVIU FALAR SOBRE O PAC?	RENDAS MENSAL FAMILIAR			
	2 SM ou menos	Mais de 2 até 5 SM	Mais de 5 até 10 SM	Mais de 10 SM
Sim	34,2	50,1	64,9	77,7
Não	54,7	42,3	29,7	18,3
Não sabe/Não respondeu	11,2	7,6	5,4	4,0
Total	100,0	100,0	100,0	100,0

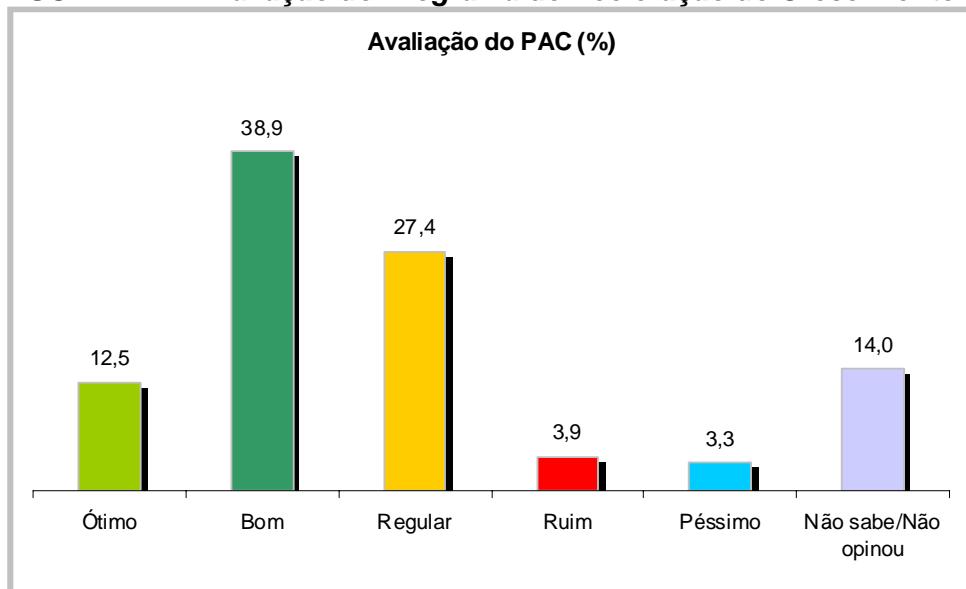
O PAC é menos conhecido na Região Nordeste: apenas 41,1% afirmaram já ter ouvido falar sobre este programa.

TABELA 4.2 – Conhecimento do PAC, por Região Geográfica

JÁ HOUVIU FALAR SOBRE O PAC?	Região geográfica (%)				
	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
Sim	63,8	41,1	48,4	55,2	52,6
Não	33,3	52,3	41,3	35,4	40,9
Não sabe/Não opinou	2,9	6,6	10,3	9,4	6,5
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

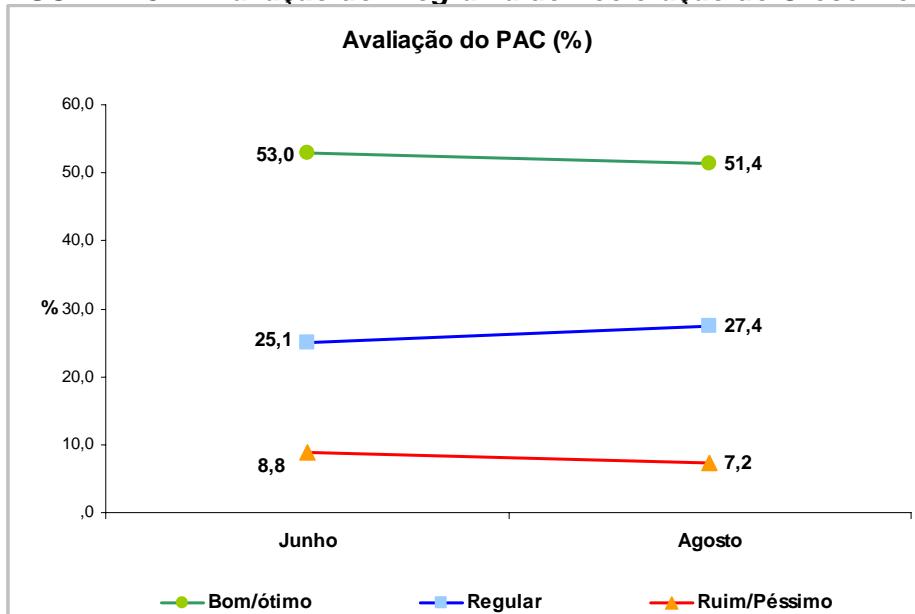
Entre aqueles que responderam já ter ouvido falar no PAC, a avaliação deste programa foi muito positiva: 51,4% dos entrevistados que já ouviram falar do PAC o avaliaram como ótimo ou bom, ao passo de que 7,2% o avaliaram como ruim ou péssimo.

FIGURA 4.2 – Avaliação do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC)

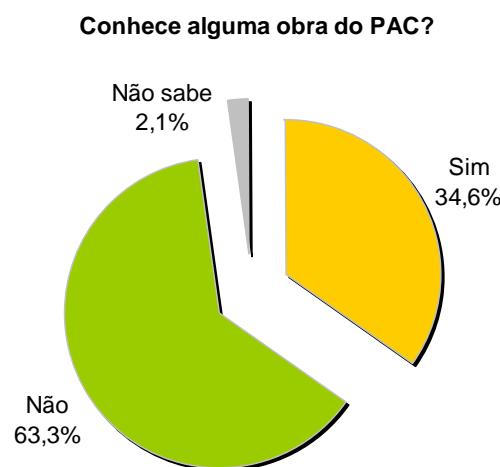


Base de estimativas percentuais: 1.464 respondentes (48,8% dos entrevistados que responderam já ter ouvido falar do PAC)

A mesma tendência de avaliação positiva do PAC por parte dos que conhecem havia sido indicada na pesquisa anterior (junho). Embora a pergunta não seja a mesma, diferindo, por consequência o tamanho do grupo de respondentes, a tendência de uma avaliação predominantemente favorável ao programa foi apontada por proporções semelhantes de entrevistados.

FIGURA 4.3 – Avaliação do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC)

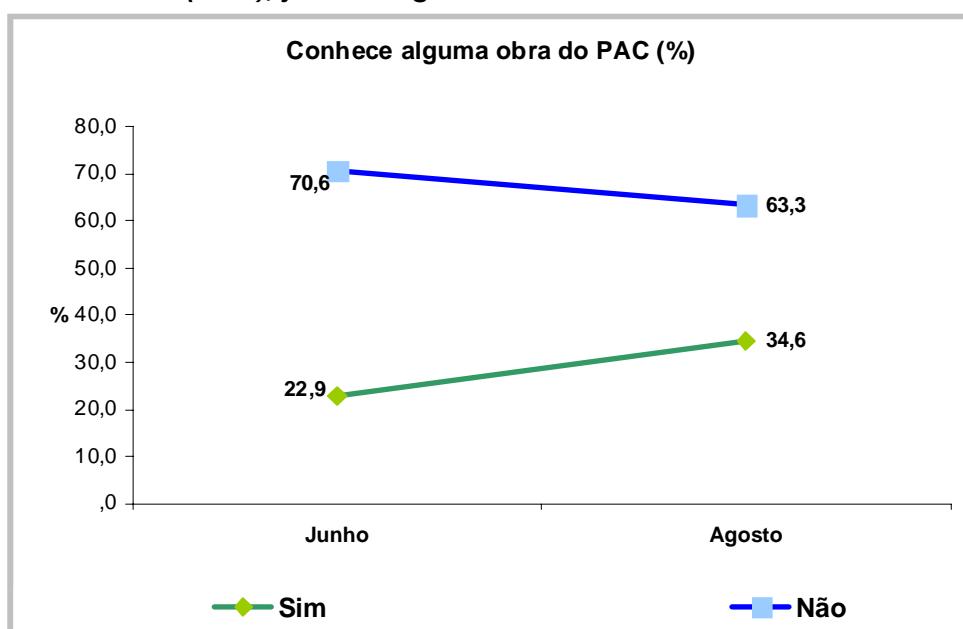
Entre os entrevistados que responderam já ter ouvido falar no Programa de Aceleração do Crescimento, 34,6% conhecem alguma obra do PAC. A maioria (63,3%), apesar de já ter ouvido falar no Programa, não conhece obras do mesmo.

FIGURA 4.4 – Conhecimento de obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC)

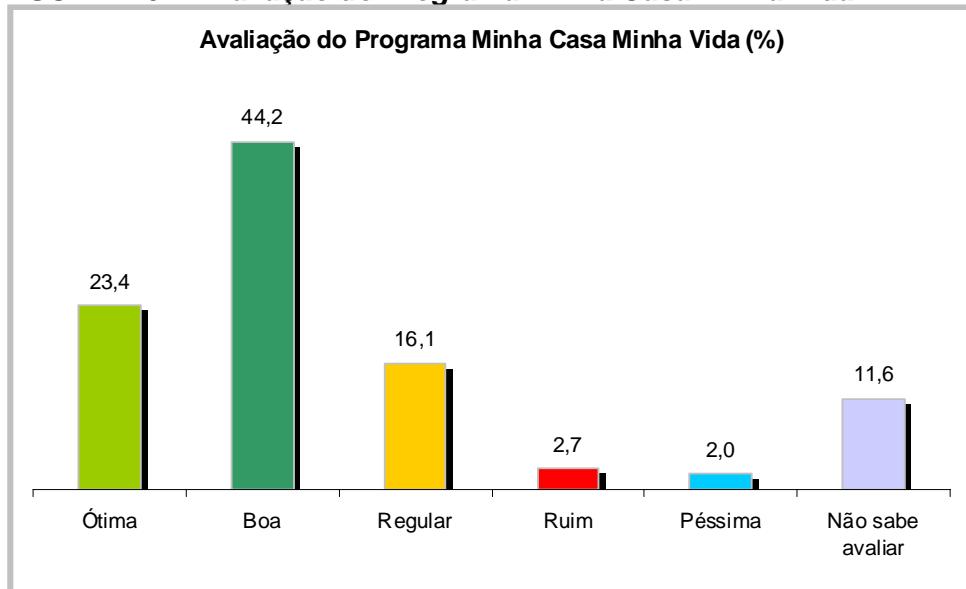
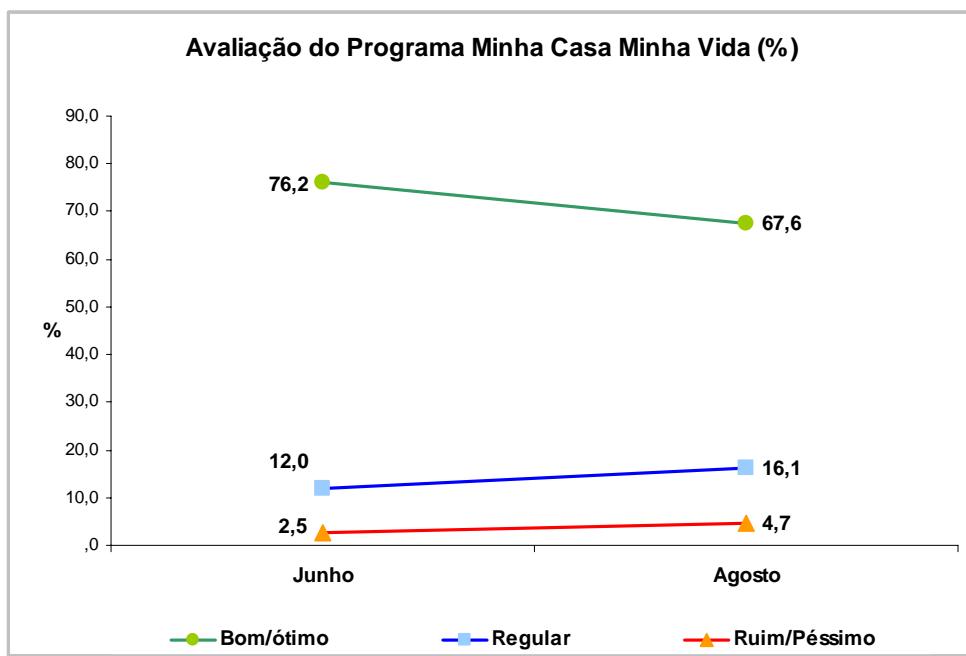
Base de estimativas percentuais: 1.464 respondentes (48,8% dos entrevistados que responderam já ter ouvido falar do PAC)

A proporção de entrevistados que conhecem as obras do PAC aumentou desde a última pesquisa. Em junho 22,9% dos entrevistados que conheciam o PAC afirmaram conhecer alguma obra desse programa. Em agosto, 34,6% dos que já tinham ouvido falar no PAC conheciam alguma obra.

FIGURA 4.5 – Conhecimento de obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), junho e agosto

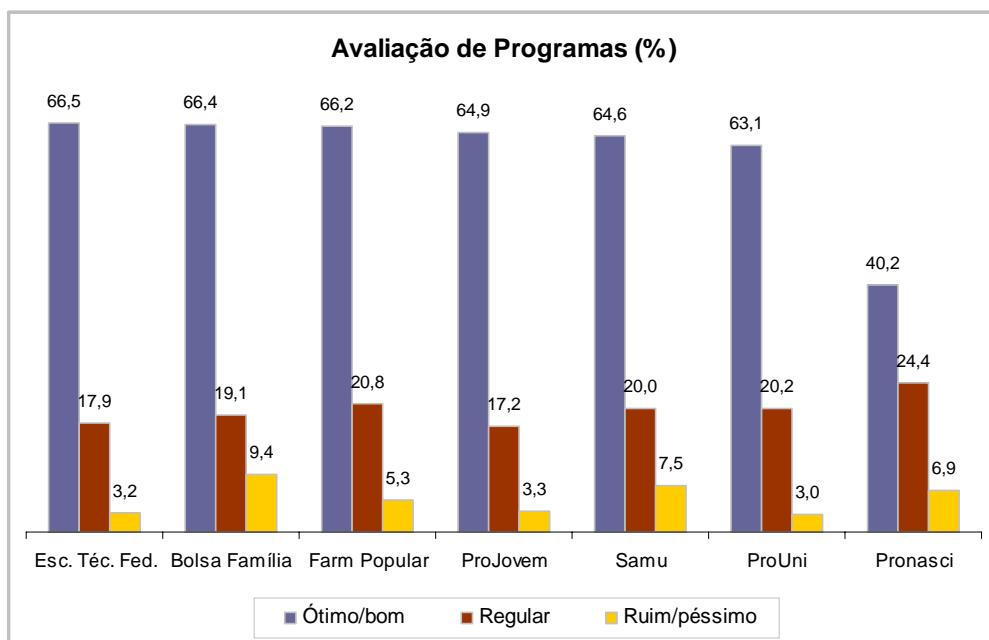


O programa Minha casa minha vida foi avaliado como bom ou ótimo por 67,6% dos entrevistados. Apenas 4,7% avaliaram esse programa como ruim ou péssimo. Embora a diferença de formulação não possibilite comparabilidade em relação aos resultados da pesquisa anterior, foi observada tendência semelhante, com decréscimo das avaliações positivas. Contudo, a proporção de avaliações positivas encontrada no atual levantamento ainda é muito elevada.

FIGURA 4.6 – Avaliação do Programa Minha Casa Minha Vida**FIGURA 4.7 – Avaliação do Programa Minha Casa Minha Vida, junho e agosto**

Entre os entrevistados que conheciam os programas avaliados, as proporções de avaliação positiva foram elevadas, atingindo percentuais superiores a 60% de avaliação boa ou ótima para todos os programas avaliados. A exceção foi o Pronasci, avaliado como bom ou ótimo por apenas 40,2% dos entrevistados.

FIGURA 4.8 – Avaliação de programas sociais do Governo federal

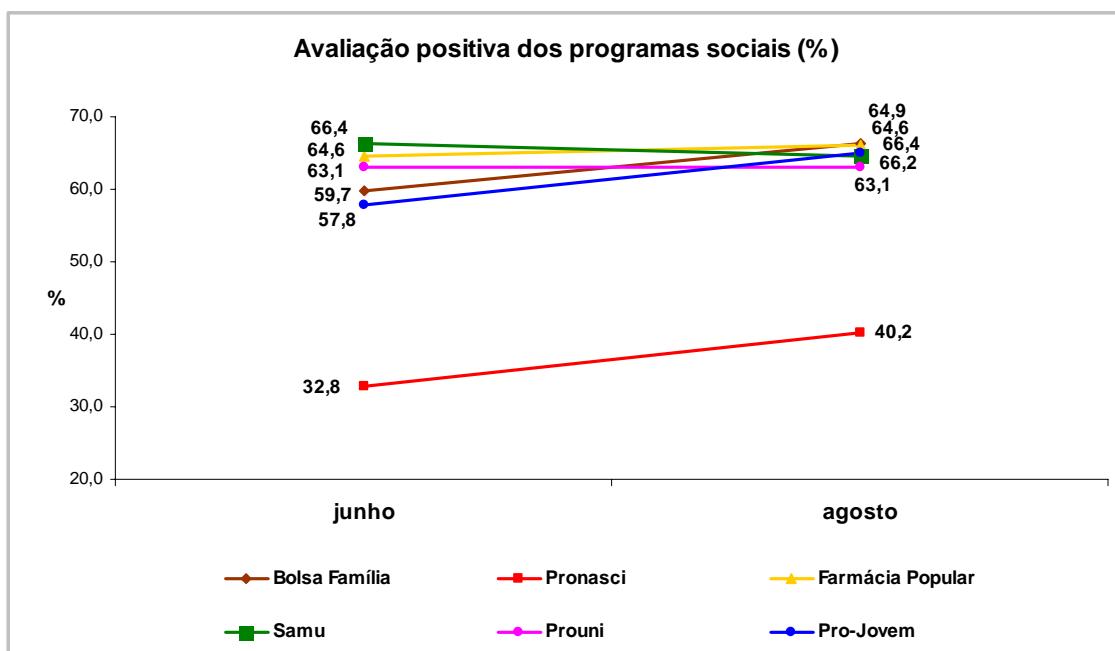


Nota1: percentuais estimados sobre o total de respondentes excluindo-se aqueles que responderam não conhecer o programa;

Nota2: não é apresentado no gráfico o percentual de entrevistados que não souberam avaliar o programa.

A comparação com os resultados da pesquisa anterior indicou tendências semelhantes. O Pronasci também havia sido avaliado positivamente por menor proporção de entrevistados. Contudo, houve crescimento das avaliações positivas deste Programa.

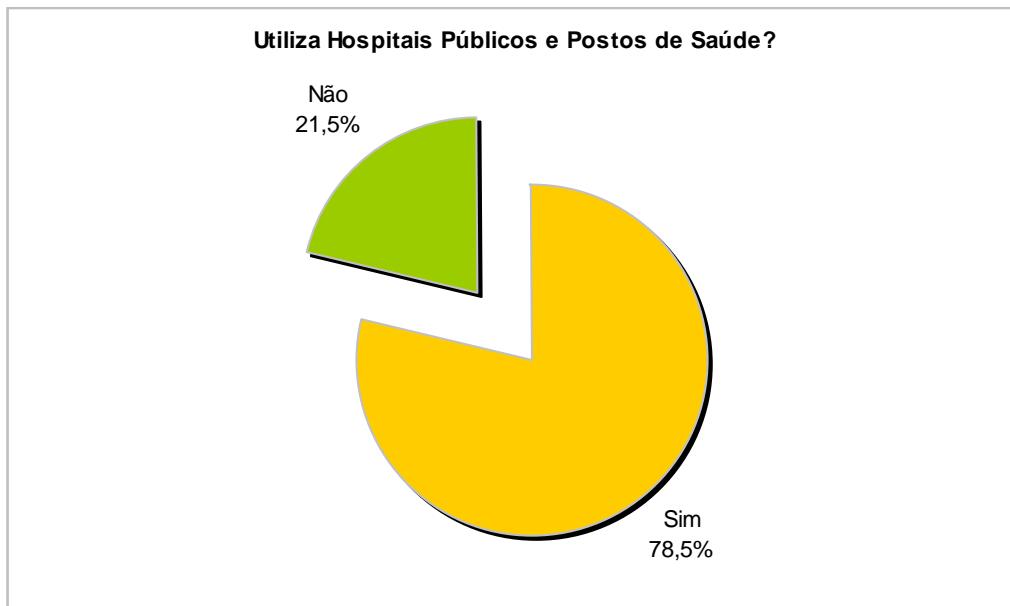
FIGURA 4.9 – Avaliação positiva dos programas sociais do Governo federal, junho e agosto



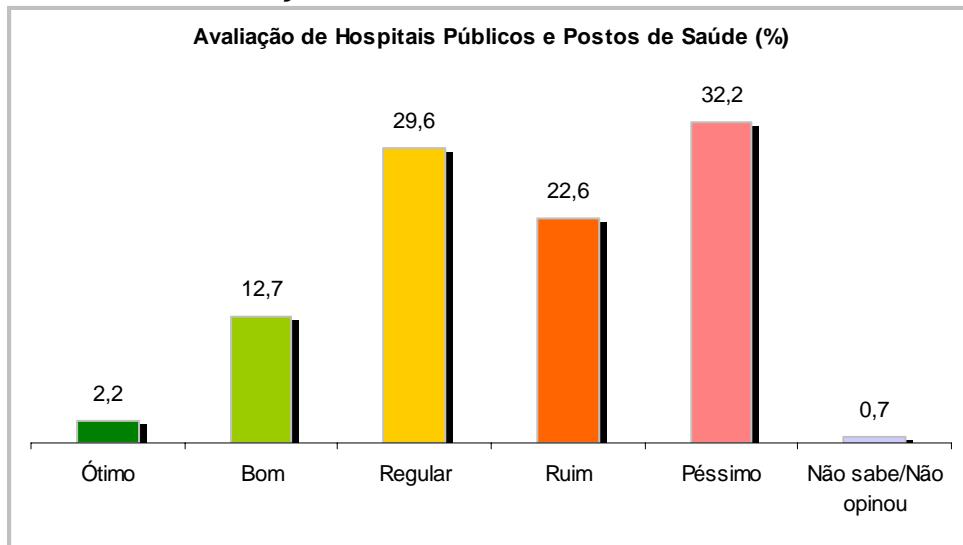
5. SAÚDE E EDUCAÇÃO

A maioria dos entrevistados (78,5%) afirmou que utiliza Hospitais públicos e postos de saúde. No levantamento anterior foi encontrada a proporção de (72,7%).

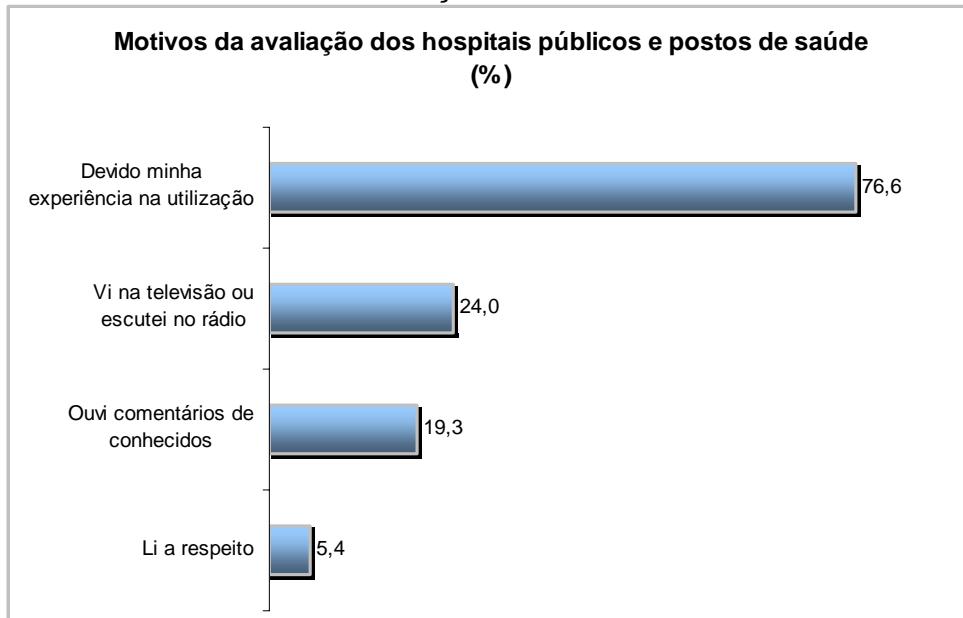
FIGURA 5.1 – Utilização da Rede Pública de Saúde



A avaliação dos hospitais públicos e postos de saúde foi majoritariamente negativa: 54,8% dos entrevistados consideraram-nos ruins ou péssimos, enquanto que 14,9% os avaliam como bons ou ótimos.

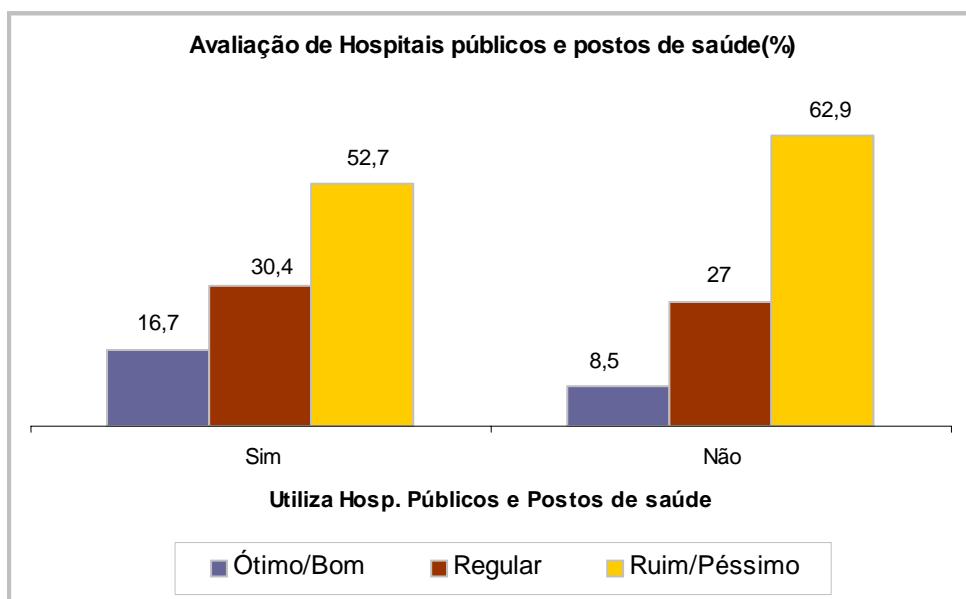
FIGURA 5.2 – Avaliação da Rede Pública de Saúde

Entre os motivos dessa avaliação da rede pública de saúde destacou-se a experiência na utilização (76,6%).

FIGURA 5.3 – Motivos da avaliação da Rede Pública de Saúde

Foi encontrada relação significativa ($p\text{-valor}<0,05$) entre a avaliação dos hospitais públicos e postos de saúde e a utilização dos mesmos. O grupo de usuários tende a avaliar de forma mais positiva, em comparação com o grupo de não usuários. Enquanto que 16,7% dos entrevistados que utilizam os serviços de hospitais públicos e postos de saúde os avalia positivamente, no grupo de não usuários essa proporção é de 8,5%.

FIGURA 5.4 – Avaliação da Rede Pública de Saúde por utilização

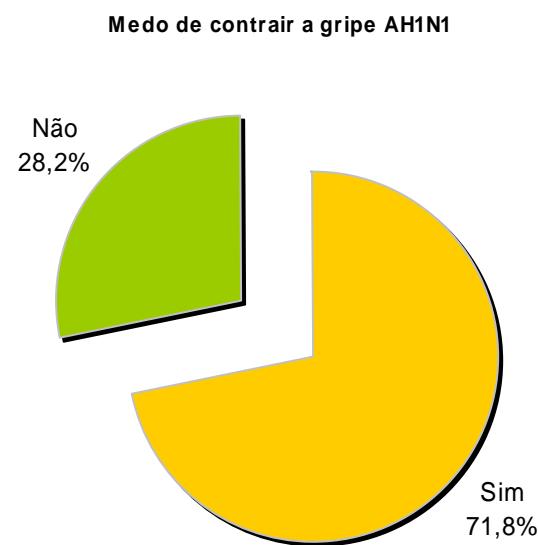


A utilização de hospitais e postos da rede pública de saúde está diretamente relacionada à renda familiar mensal. Entre os entrevistados de famílias com renda de até 2 salários mínimos, 92,9% utilizam hospitais públicos e postos de saúde. Essa proporção diminui à medida que a renda familiar cresce, atingindo 34,0% entre aqueles de famílias com rendimento superior a 10 salários mínimos.

TABELA 5.1 – Utilização da Rede Pública de saúde, por renda familiar mensal

UTILIZA HOSPITAIS PÚBLICOS E POSTOS DE SAÚDE	RENDA MENSAL FAMILIAR			
	2 SM ou menos	Mais de 2 até 5 SM	Mais de 5 até 10 SM	Mais de 10 SM
Sim	92,9	84,0	57,6	34,0
Não	7,1	16,0	42,4	66,0
Total	100,0	100,0	100,0	100,0

A gripe AH1N1 foi considerada perigosa e atemorizadora pela maioria da população brasileira: 71,8% dos entrevistados reconheceram sentir medo de contrair o vírus.

FIGURA 5.5 – Medo da gripe A(H1N1)

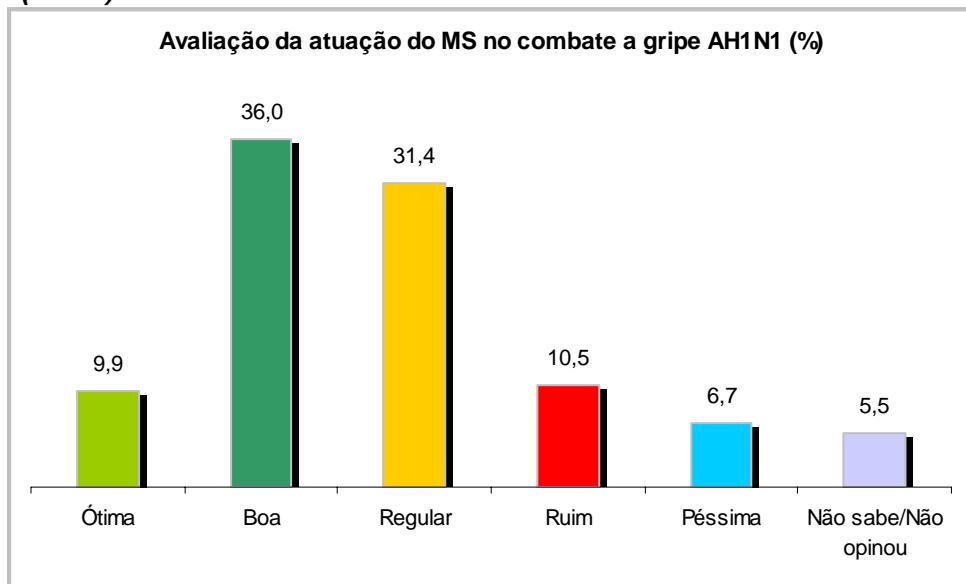
Sentem medo desta doença em maior proporção os entrevistados da Região Norte (81,9%) e Nordeste (78,1%). Na Região Sul, em que foram registrados os maiores índices de contaminação pela nova gripe no país, houve a menor proporção de entrevistados com medo de contrair a gripe (56,0%).

TABELA 5.2 – Medo da gripe A(H1N1, por Região Geográfica

MEDO DE CONTRAIR A GRIPE AH1N1	Região geográfica (%)				
	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
Sim	81,9	78,1	71,8	56,0	72,8
Não	18,1	21,9	28,2	44,0	27,2
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

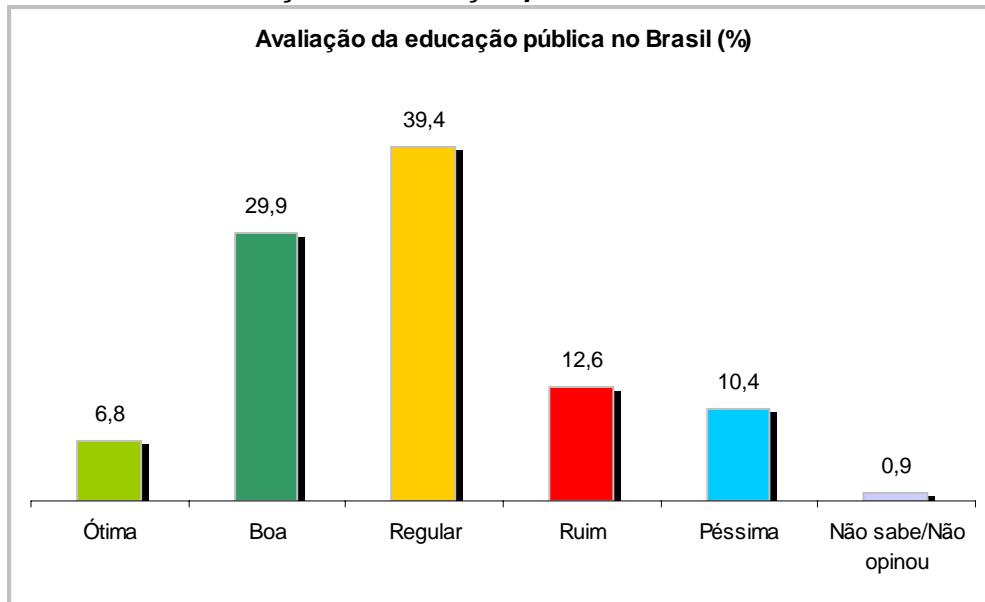
Apesar do medo de grande parcela da população, a avaliação da atuação do Ministério da Saúde no combate à doença positiva: 45,9% dos entrevistados avaliaram esta atuação como boa ou ótima, enquanto que 17,2% avaliaram a mesma negativamente.

FIGURA 5.6 – Avaliação da atuação do Ministério da Saúde frente a gripe A(H1N1)

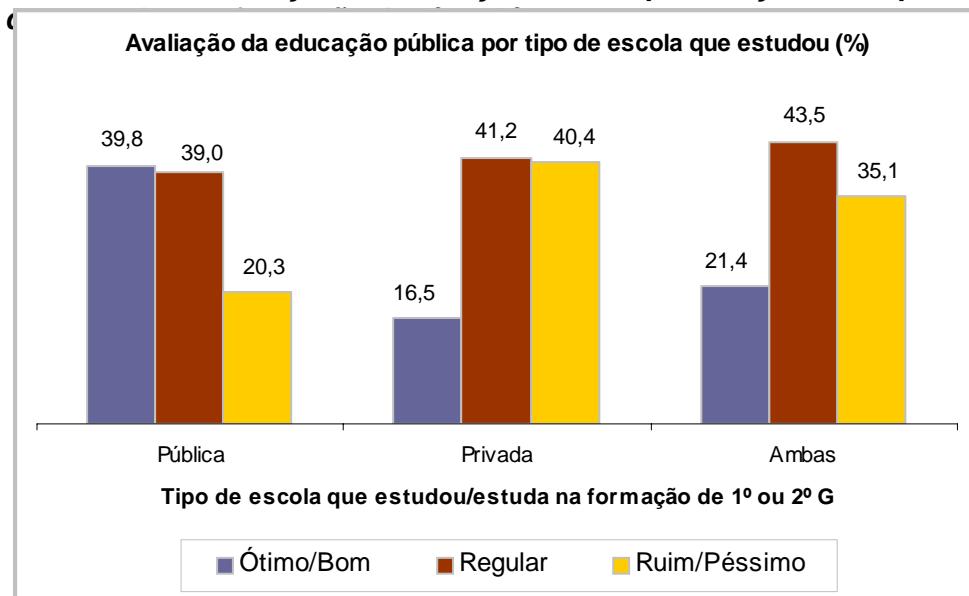


A educação pública do país foi avaliada como regular por 39,4% dos entrevistados. Comparando as avaliações positivas e negativas as últimas predominaram: 36,7% dos entrevistados consideraram a educação pública do Brasil ótima ou boa, enquanto 23,0% avaliaram-na como ruim ou péssima.

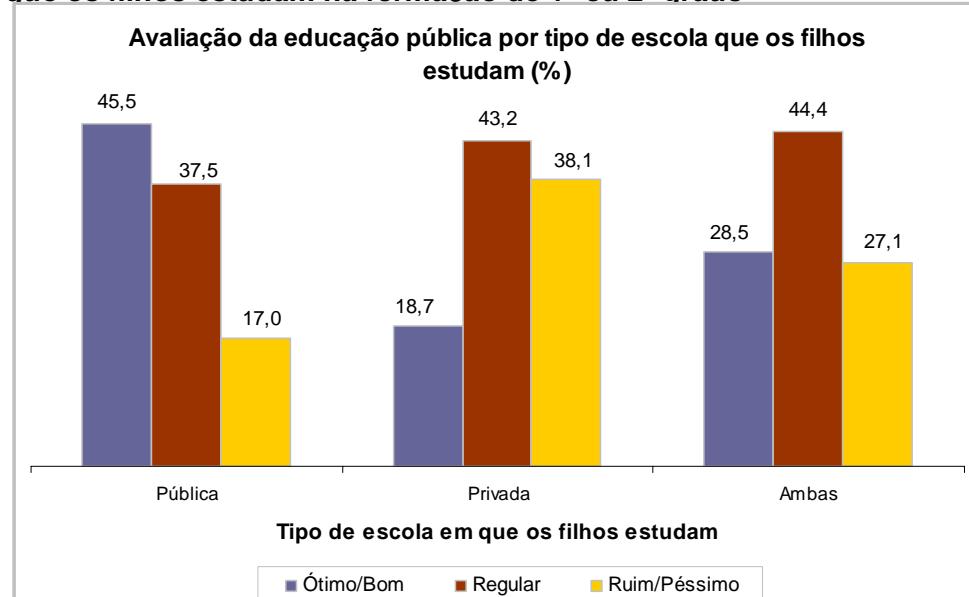
FIGURA 5.7 – Avaliação da educação pública no País



Assim como na avaliação da rede pública de saúde no país, se verificou também a avaliação da educação uma tendência de índices mais positivos junto ao público usuário do sistema: 39,8% dos entrevistados que estudam ou estudaram em colégios públicos avaliam a educação pública como boa ou ótima. Entre aqueles que estudam ou estudaram apenas em colégios particulares o índice de avaliação ótimo ou bom foi de 16,5%. Já o grupo de entrevistados que estudou em escolas de ambos os sistemas, público e privado, a avaliação ótima ou boa para a educação pública do país é de 21,4%.

FIGURA 5.8 – Avaliação da Educação Pública por relação com tipo de escola em

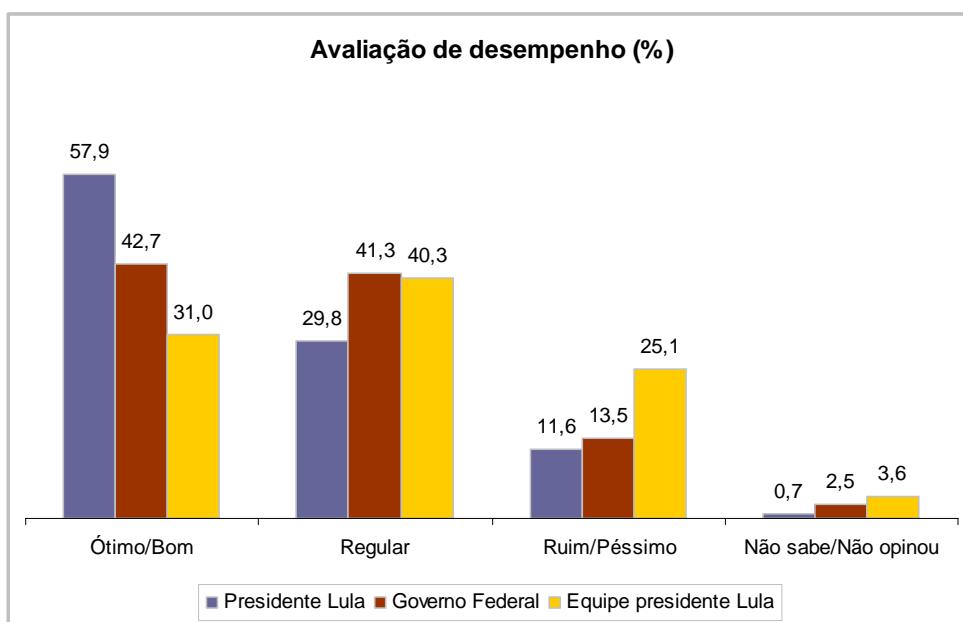
A avaliação da educação pública alcança níveis mais positivos ainda quando avaliada por pais que possuem filhos em idade escolar estudando em colégios públicos: 45,5% destes avaliam a educação pública no Brasil como bom ou ótimo.

FIGURA 5.9 – Avaliação da Educação Pública por relação com tipo de escola em que os filhos estudam na formação de 1º ou 2º graus

6. AVALIAÇÃO DO GOVERNO FEDERAL

O desempenho do presidente Lula foi avaliado de forma positiva pela maioria da população: 57,9% dos entrevistados consideraram seu desempenho ótimo ou bom, enquanto que 11,6% avaliaram-no como ruim ou péssimo. O desempenho do governo federal foi avaliado como ótimo ou bom por 42,7% dos entrevistados, enquanto que o desempenho da equipe do presidente Lula foi assim avaliado por 31,0% dos entrevistados.

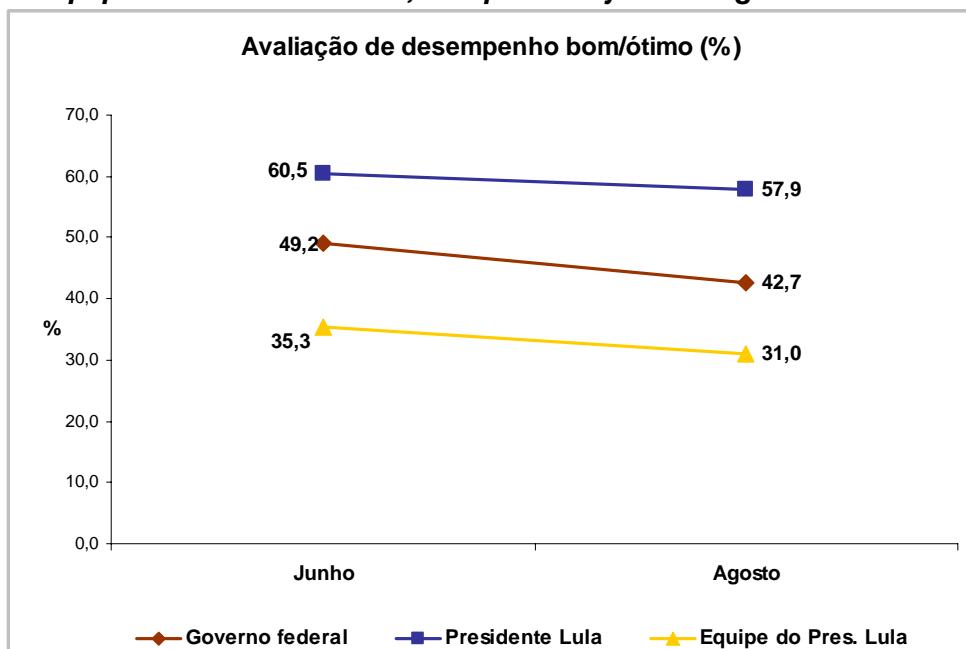
FIGURA 6.1 – Avaliação de desempenho do Presidente Lula, do Governo Federal e da equipe do Presidente Lula



Em comparação com a primeira pesquisa, realizada em junho, constata-se um ligeiro decréscimo da proporção de entrevistados que avaliaram o desempenho do governo como ótimo ou bom. O declínio mais acentuado se verificou na avaliação do Governo Federal: no mês de junho 49,2% dos

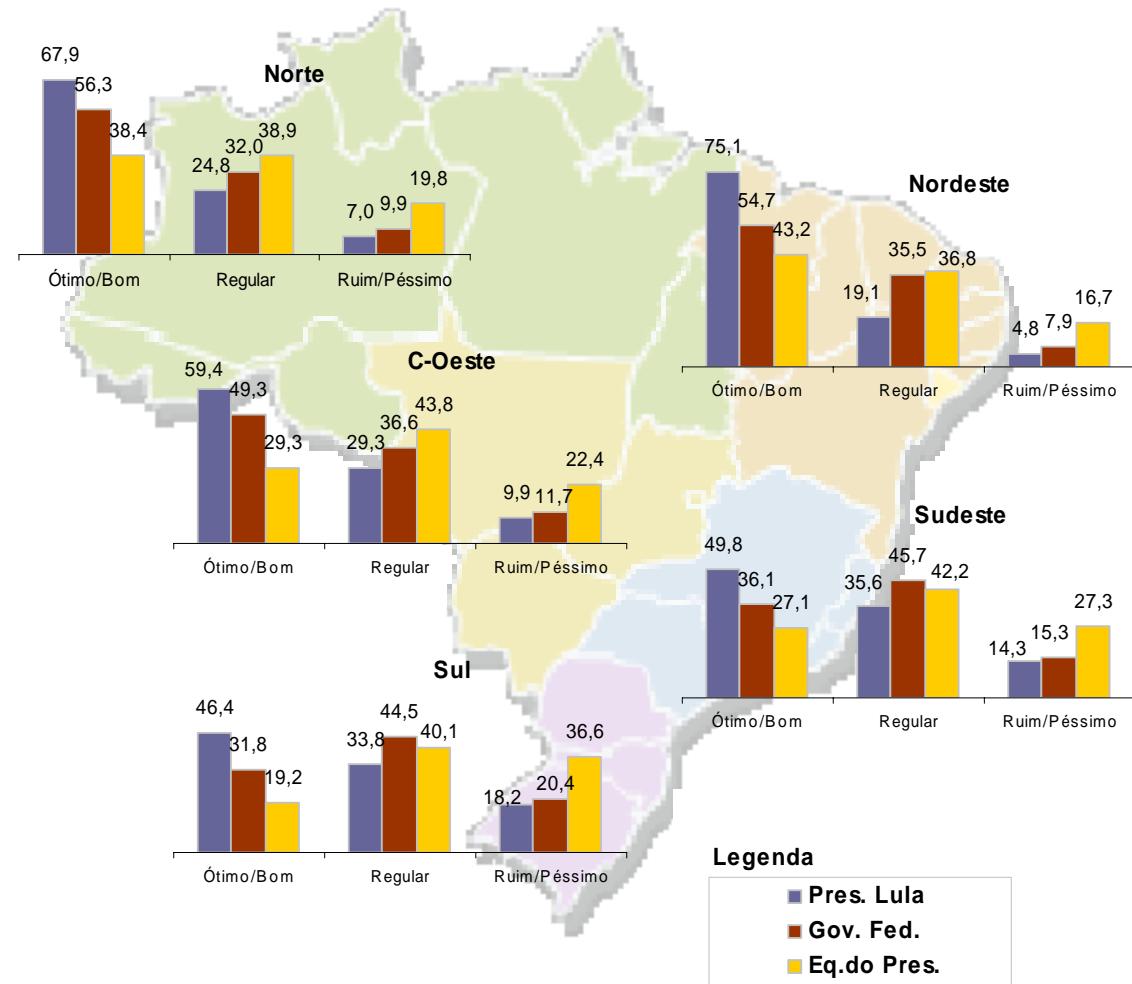
entrevistados avaliaram positivamente a atuação do Governo Federal, enquanto em agosto somente 42,7% afirmaram o mesmo. O desempenho do presidente Lula foi avaliado positivamente em junho por 60,5% dos entrevistados, enquanto no mês de agosto foi assim avaliado por 57,9% dos entrevistados. A mesma tendência foi verificada na avaliação do desempenho da equipe do governo Lula (35,3% em junho e 31,0% em agosto).

FIGURA 6.2 – Desempenho bom/ótimo do Presidente Lula, do Governo Federal e da equipe do Presidente Lula, comparativo junho e agosto



Regionalmente, as avaliações de desempenho apresentam diferenças significativas. O presidente Lula teve seu desempenho avaliado como ótimo ou bom por 75,1% dos entrevistados na Região Nordeste. Na Região Norte essa proporção foi de 67,9%. As Regiões Sudeste e Sul apresentam os menores percentuais de avaliação positiva do Presidente Lula: Região Sudeste (49,8%), Região Sul (46,4%). A mesma tendência foi observada na avaliação do desempenho do governo federal e da equipe do presidente Lula.

FIGURA 6.3 – Avaliação de desempenho do Presidente Lula, do Governo Federal e da equipe do Presidente Lula, por Região geográfica



Maiores proporções de avaliações positivas foram encontradas na faixa de rendimento familiar mais baixo. O desempenho do Governo Federal foi avaliado como bom ou ótimo por 50,1% dos entrevistados de famílias com rendimento de até 2 salários mínimos. Esse percentual decresce à medida que aumenta a renda familiar, atingindo 24,3% entre os entrevistados de famílias com rendimento superior a 10 salários mínimos. A mesma tendência foi observada na avaliação do desempenho do Presidente Lula.

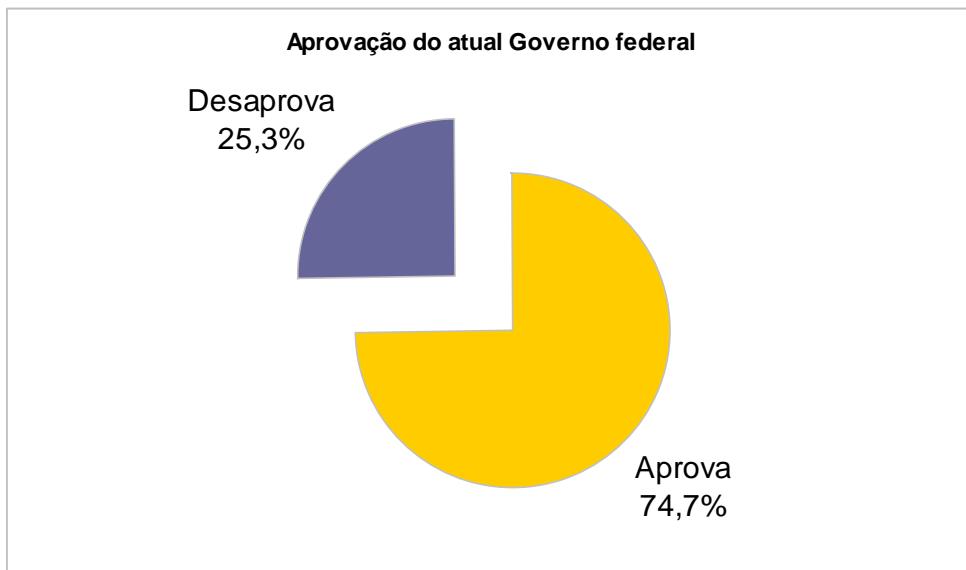
TABELA 6.1 – Avaliação de desempenho do Presidente Lula, do Governo Federal e da equipe do Presidente Lula, por renda familiar mensal

AVALIAÇÃO DO DESEMPENHO ATUAL	RENDA MENSAL FAMILIAR			
	2 SM ou menos	Mais de 2 até 5 SM	Mais de 5 até 10 SM	Mais de 10 SM
DO GOVERNO FEDERAL				
Ótima	9,7	6,8	3,9	1,7
Bom	40,4	36,7	29,9	22,6
Regular	35,4	41,2	48,3	53,8
Ruim	5,8	7,8	11,5	13,2
Péssimo	5,0	4,8	5,7	8,3
Não sabe/Não respondeu	3,7	2,7	0,7	0,3
DO PRESIDENTE LULA				
Ótima	21,6	17,5	9,4	5,4
Bom	44,7	42,6	34,7	33,3
Regular	25,8	28,0	38,1	39,0
Ruim	3,3	6,8	11,3	10,6
Péssimo	3,4	4,5	6,3	11,5
Não sabe/Não respondeu	1,2	0,6	0,3	0,2
DA EQUIPE DE GOVERNO DO PRESIDENTE LULA				
Ótima	7,0	5,1	2,3	0,4
Bom	31,0	26,6	19,3	15,6
Regular	37,4	40,6	42,8	46,1
Ruim	10,6	13,7	20,6	20,5
Péssimo	8,7	10,8	13,5	16,3
Não sabe/Não respondeu	5,2	3,1	1,6	1,1
Total	100,0	100,0	100,0	100,0

O atual Governo Federal foi aprovado por 74,7% dos entrevistados. Este percentual de aprovação é elevado, contudo, relativamente menor do que àquele indicado pela pesquisa anterior (junho). Foi observada a mesma

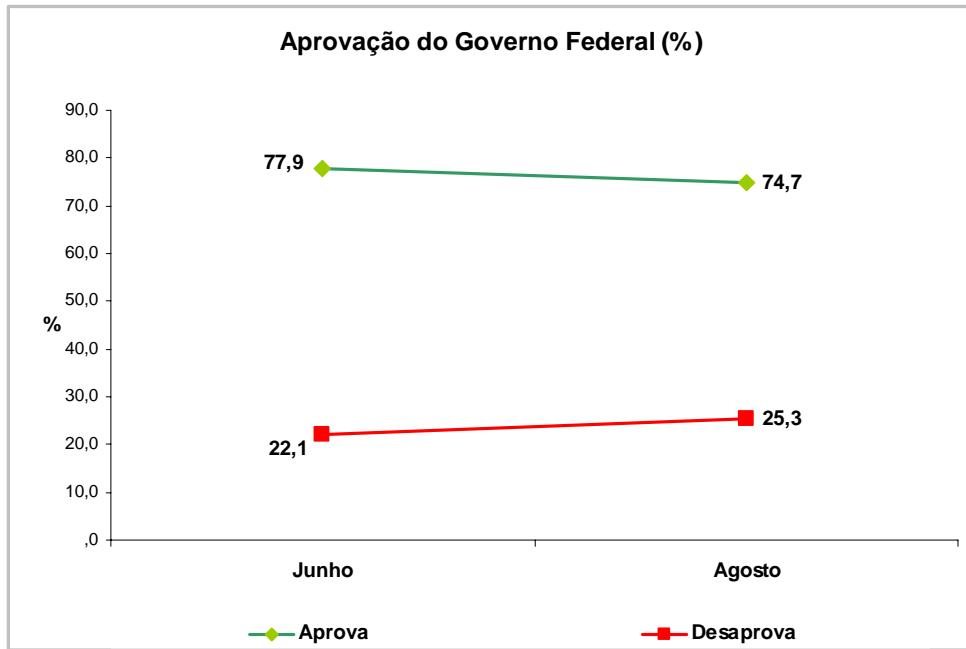
tendência decrescente já verificada na avaliação de desempenho do governo nos meses de junho e agosto.

FIGURA 6.4 – Aprovação do atual Governo Federal



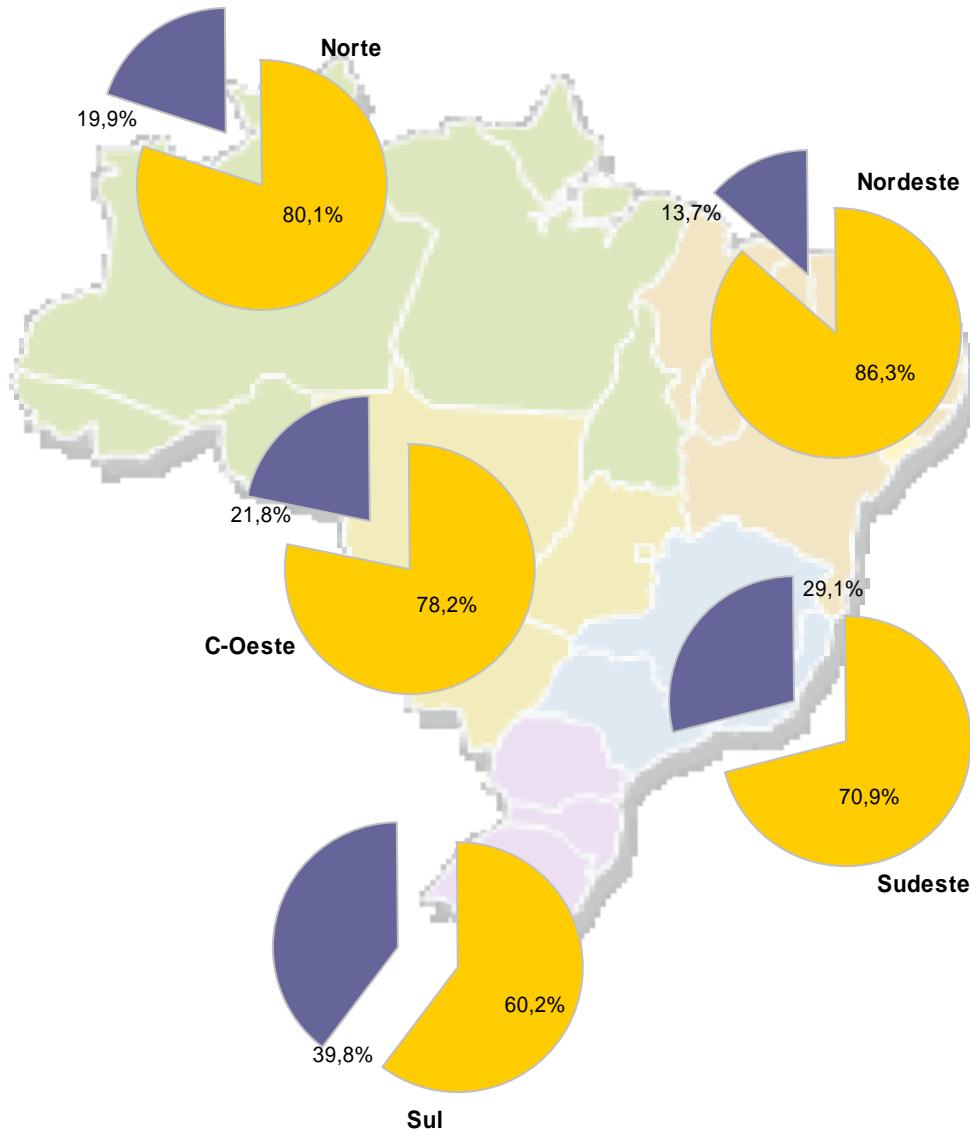
No mês de Junho 77,9% dos entrevistados aprovavam o atual Governo Federal. No mês de agosto essa proporção decresceu 3,2 pontos percentuais, passando para 74,7% dos entrevistados. Se considerarmos a margem de erro máxima das estimativas nacionais desta pesquisa (1,8 pontos percentuais para mais e para menos), esse declínio está dentro da margem de erro.

FIGURA 6.5 – Aprovação do atual Governo Federal, junho e agosto



Os índices de aprovação do atual Governo Federal seguem tendências similares às avaliações de desempenho quando avaliados regionalmente: melhores índices nas regiões Norte/Nordeste e piores índices nas regiões Sul/Sudeste, tendo a Região Centro-Oeste uma posição intermediária. Na Região Nordeste a proporção de aprovação do atual Governo Federal foi de 86,3%. Já na Região Sul esse percentual corresponde a 60,2%.

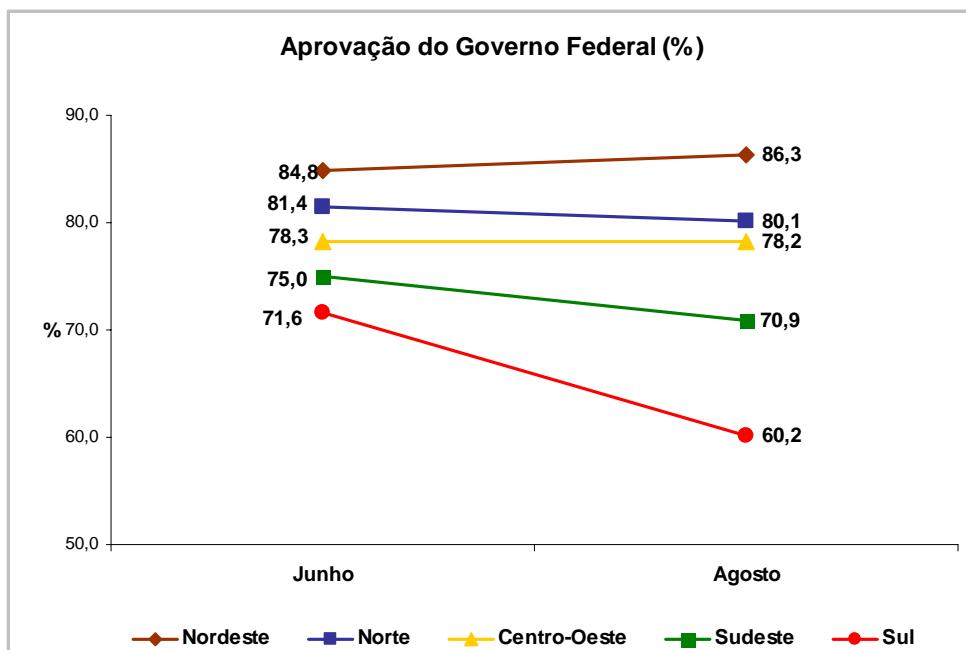
FIGURA 6.6 – Aprovação do atual Governo Federal, por Região Geográfica



A comparação com os índices de aprovação levantados pela pesquisa realizada no mês de junho apontou para o aumento das diferenças entre as regiões. No mês de junho a aprovação do Governo Federal oscilava entre 71,6%, na Região Sul, e 84,8%, na Região Nordeste. Em agosto, a aprovação na Região Sul decresceu para 60,2%, enquanto no Nordeste elevou-se para 86,3%. Se consideradas as margens de erro máximo para as estimativas de

cada região, não se verificaram oscilações estatisticamente significativas, com exceção da Região Sul.

FIGURA 6.7 – Aprovação do atual Governo Federal, comparativo junho e agosto por Região Geográfica

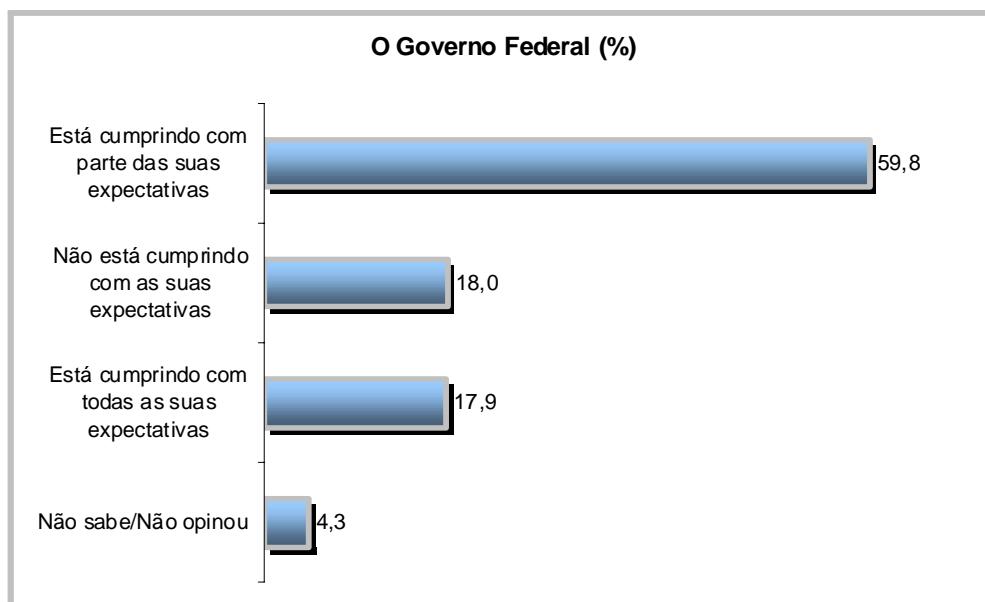


A aprovação do Governo Federal é significativamente maior (p -valor < 0,05) entre os entrevistados de famílias com rendimento mais baixo: 84,0% dos entrevistados do grupo de famílias com rendimento de até 2 salários mínimos aprovam o atual governo, enquanto apenas 57,7% fazem o mesmo na classe de rendimento superior a 10 salários mínimos.

TABELA 6.2 – Aprovação do atual Governo Federal, por renda familiar mensal

APROVAÇÃO DO GOVERNO FEDERAL	RENDAS MENSAL FAMILIAR			
	2 SM ou menos	Mais de 2 até 5 SM	Mais de 5 até 10 SM	Mais de 10 SM
Aprova	84,0	75,5	60,9	57,7
Desaprova	16,0	24,5	39,1	42,3
Total	100,0	100,0	100,0	100,0

A percepção de que o governo está cumprindo parcialmente com as expectativas foi indicada por 59,8% dos entrevistados. Outros 18,0% responderam que o Governo Federal não está correspondendo as suas perspectivas, enquanto que para 17,9% dos entrevistados o atual Governo está cumprindo com todas as suas expectativas.

FIGURA 6.8 – Cumprimento das expectativas do atual Governo Federal

A Região Nordeste apresentou a maior proporção de entrevistados que consideram as suas expectativas sobre o Governo Federal plenamente satisfeitas (30,5%). Já na Região Sul esse percentual é de apenas 6,6%.

TABELA 6.3 – Cumprimento das expectativas do atual Governo Federal, por Região Geográfica

O GOVERNO FEDERAL ...	Região geográfica (%)				
	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
Está cumprindo com todas as suas expectativas	15,6	30,5	14,5	6,6	18,4
Está cumprindo com parte das suas expectativas	68,2	54,5	59,2	66,0	62,2
Não está cumprindo com as suas expectativas	12,5	11,9	20,9	23,0	17,6
Não sabe/Não opinou	3,7	3,0	5,4	4,5	1,8
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

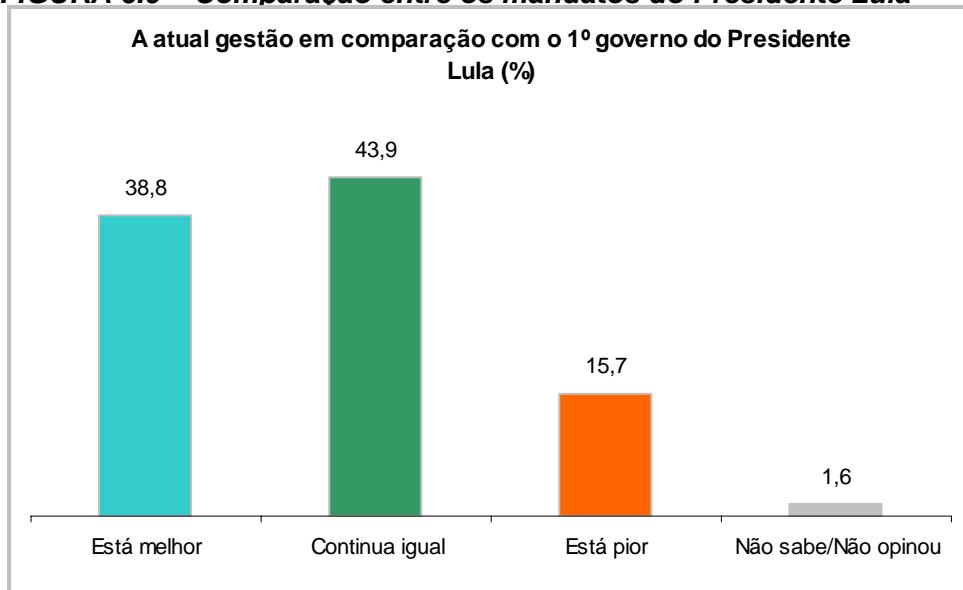
A satisfação plena das expectativas com o Governo Federal foi verificada em maior proporção nos entrevistados de famílias com rendimento mais baixo, até 2 salários mínimos (23,9%). No grupo de rendimento familiar superior a 10 salários mínimos esse percentual foi apenas 5,8%.

TABELA 6.4 – Cumprimento das expectativas do atual Governo Federal, por renda familiar mensal

O GOVERNO FEDERAL ...	RENDIMENTO FAMILIAR MENSAL			
	2 SM ou menos	Mais de 2 até 5 SM	Mais de 5 até 10 SM	Mais de 10 SM
Está cumprindo com todas as suas expectativas	23,9	17,5	11,8	5,8
Está cumprindo com parte das suas expectativas	56,7	61,7	59,9	64,6
Não está cumprindo com as suas expectativas	13,3	17,5	24,2	28,4
Não sabe/Não respondeu	6,1	3,3	4,0	1,1
Total	100,0	100,0	100,0	100,0

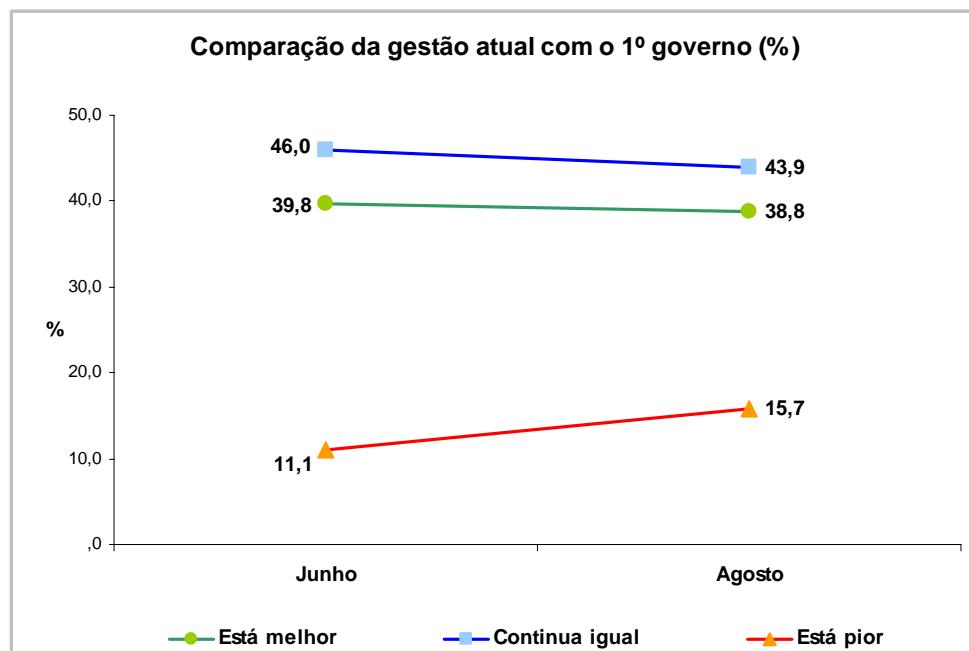
A atual gestão do Presidente Lula, em comparação com o primeiro mandato, foi considerada melhor por 38,8% dos entrevistados. Outros 43,9% não percebem mudança entre uma gestão e outra, enquanto que na opinião de 15,7% dos entrevistados a gestão do segundo governo está pior.

FIGURA 6.9 – Comparação entre os mandatos do Presidente Lula



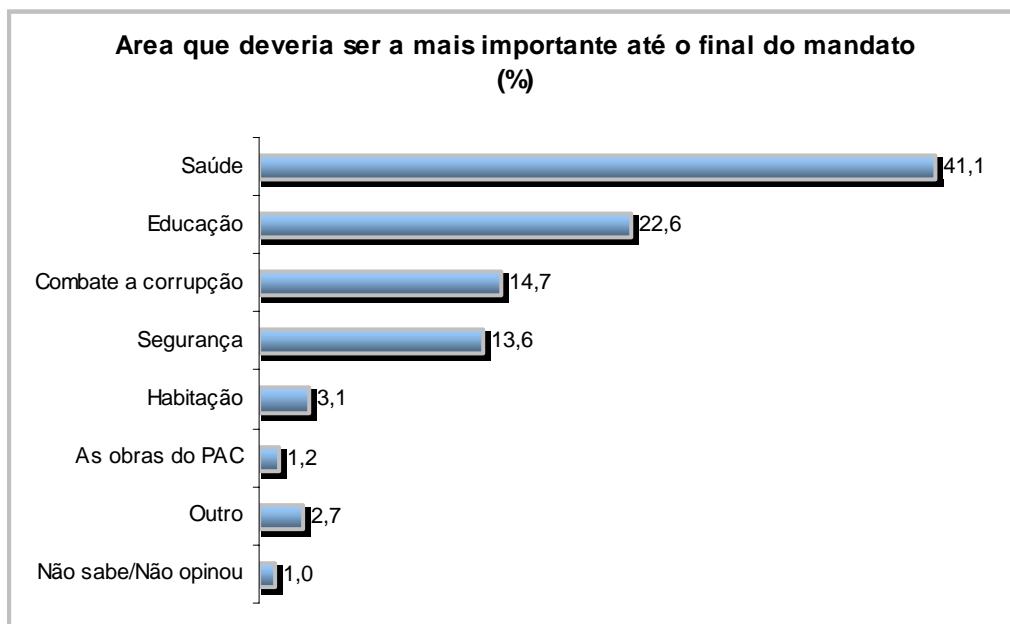
Seguindo a tendência de declínio dos índices de avaliação do Governo Federal, a percepção da comparação entre a primeira e segunda gestão do governo Lula também sofreu um ligeiro decréscimo de 46,0% para 43,9% em agosto.

FIGURA 6.10 – Comparação entre os mandatos do Presidente Lula, comparativo junho e agosto



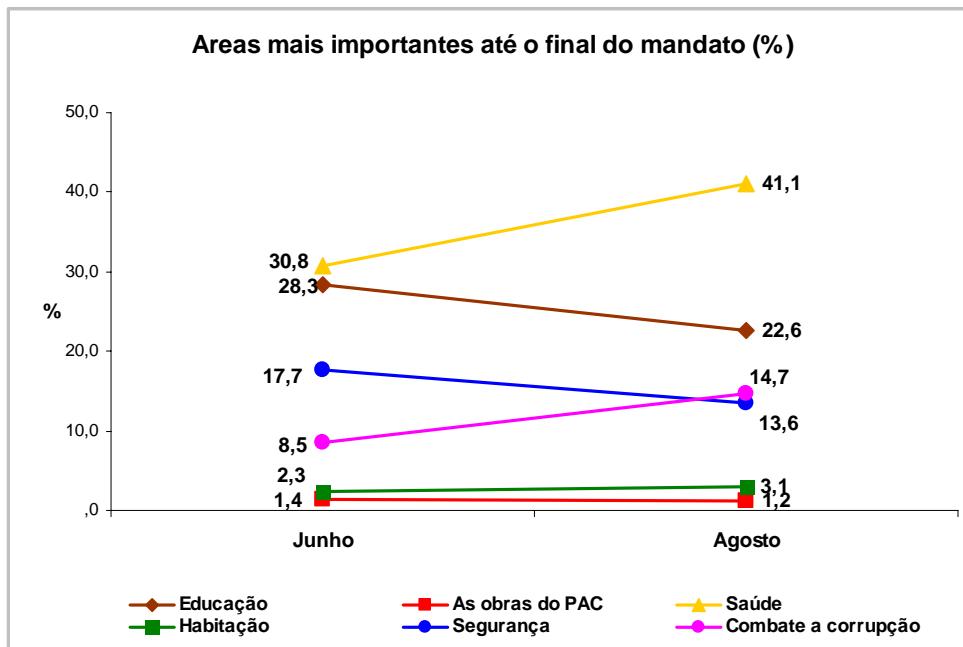
O crescimento da preocupação com a área da saúde, provavelmente decorrente dos efeitos da gripe A (H1N1) no país e a consequente predominância de notícias sobre esse assunto nos meios de comunicação, resultou na indicação da saúde como principal problema do país e como a área que deveria ser priorizada pelo governo até o final do mandato. Do conjunto de entrevistados 41,1% indicaram a saúde como principal prioridade para o governo. A educação deveria ser a prioridade para 22,6%, enquanto que o combate a corrupção deveria ser priorizado pelo governo no entender de 14,7% dos entrevistados.

FIGURA 6.11 – Área a ser considerada como a mais importante até o final do mandato



A comparação com a pesquisa realizada no mês de junho torna mais perceptível o aumento da preocupação da população com a saúde: enquanto naquela ocasião 30,8% dos entrevistados opinaram que a saúde deveria ser a área mais importante do Governo até o final do mandato, em agosto esse percentual alcançou 41,1%. O combate à corrupção também apresentou aumento, provavelmente em decorrência dos noticiários sobre os recentes escândalos no senado: 14,7% dos entrevistados opinaram que o combate a corrupção deveria ser a área mais importante do governo até o final do mandato. Em junho esse percentual era apenas de 8,5%.

FIGURA 6.12 – Área a ser considerada como a mais importante até o final do mandato, comparativo junho e agosto



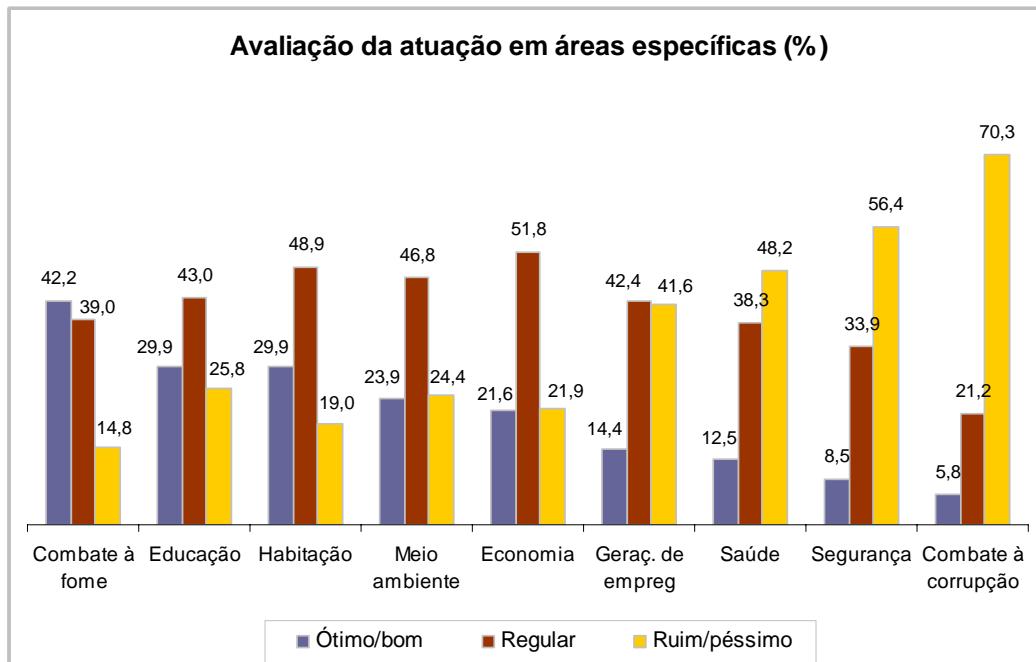
A opinião quanto à área a ser priorizada pelo Governo Federal até o fim do mandato também apresenta diferenças significativas ($p\text{-valor}<0,05$) entre as classes de rendimento familiar. A preocupação maior entre os entrevistados de famílias com rendimento de até 2 salários mínimos é com a saúde (47,2%). Já entre o grupo de entrevistados de famílias com rendimento superior a 10 salários mínimos a preocupação maior é com a educação (38,1%).

TABELA 6.5 – Cumprimento das expectativas do atual Governo Federal, por renda familiar mensal

ÁREA MAIS IMPORTANTE A SER TRATADA ATÉ O FINAL DO MANDATO DO PRES LULA	RENDA MENSAL FAMILIAR (%)			
	2 SM ou menos	Mais de 2 até 5 SM	Mais de 5 até 10 SM	Mais de 10 SM
Educação	16,4	22,5	29,2	38,1
As obras do PAC	0,7	0,8	1,8	3,3
Saúde	47,2	40,8	35,6	26,4
Habitação	3,9	3,1	2,7	0,0
Segurança	14,5	14,2	11,0	12,7
Combate a corrupção	10,9	15,8	18,4	19,5
Geração de emprego	3,4	1,6	1,0	0,0
Outro	1,0	0,7	0,1	0,0
Não sabe/Não respondeu	2,0	0,6	0,2	0,0
Total	100,0	100,0	100,0	100,0

A área de atuação do governo Federal valiada positivamente em maior proporção foi o combate a fome: 42,2% dos entrevistados que conhecem a atuação do governo nessa área a consideraram como ótima boa. A educação e a área da habitação obtiveram os mesmos índices de avaliação positiva (29,9%). Nas áreas de geração de emprego, saúde, segurança e combate a corrupção as proporções de avaliação negativa superam significativamente as de avaliação positiva. A atuação do Governo Federal no combate a corrupção foi considerada ruim ou péssima por 70,3% dos entrevistados; a atuação na área da segurança foi assim avaliada por 56,4% dos entrevistados; na área da saúde esse índice foi de 48,2%; e a atuação na geração de empregos foi considerada ruim ou péssima por 41,6% dos entrevistados.

FIGURA 6.13 – Avaliação da atuação do Governo Federal por áreas



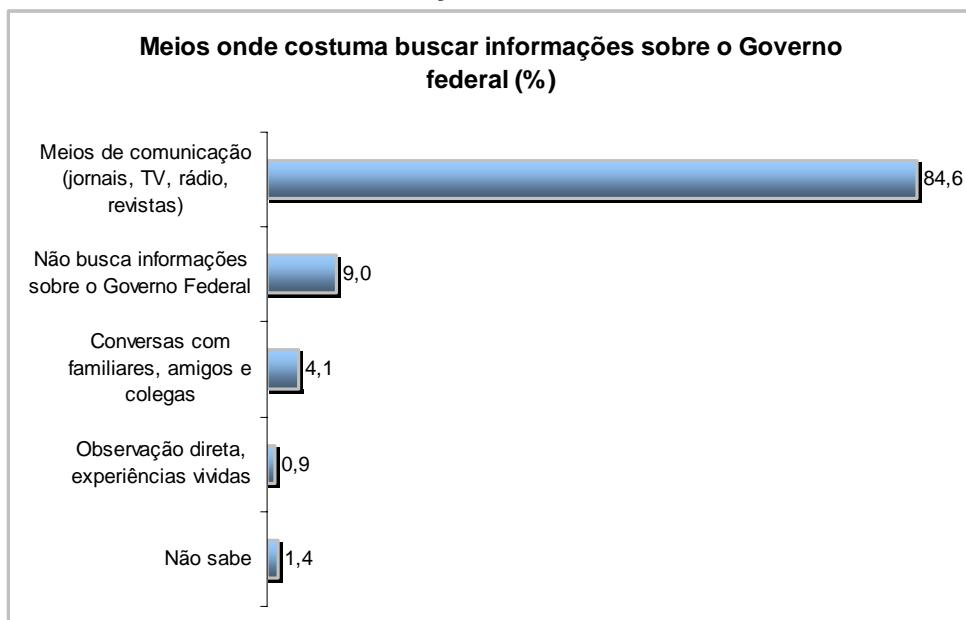
Nota1: percentuais estimados sobre o total de respondentes excluindo-se aqueles que responderam não conhecer a atuação do governo na área;

Nota2: não é apresentado no gráfico o percentual de entrevistados que não souberam avaliar a atuação na área

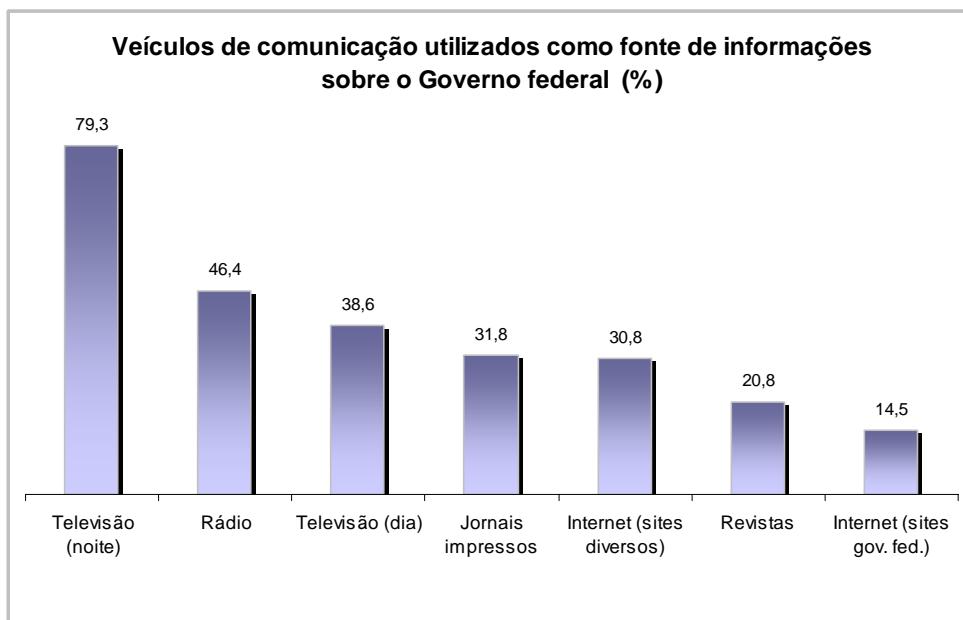
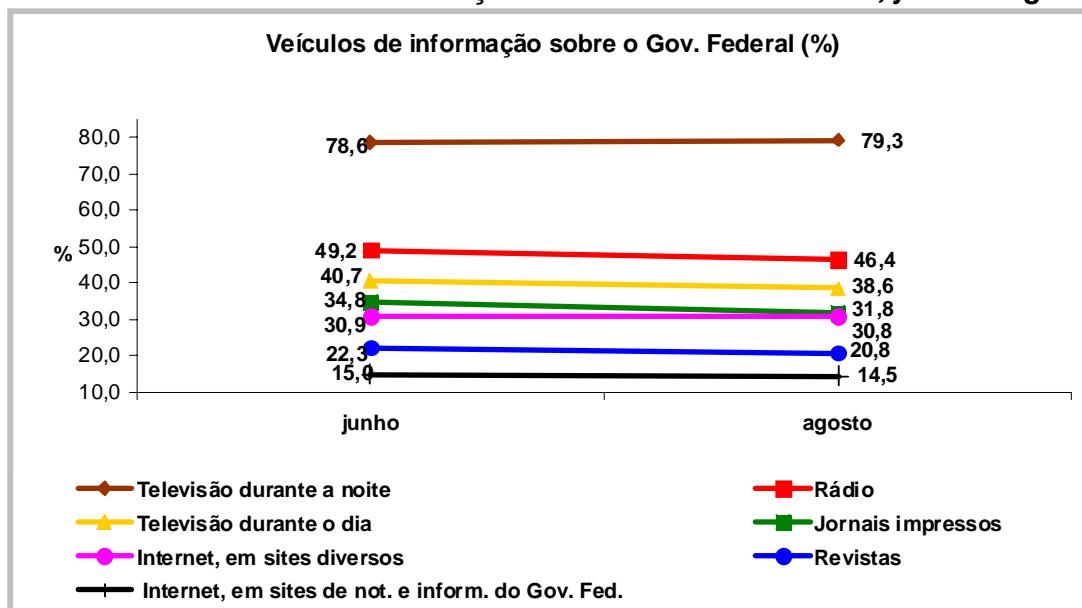
7. CANAIS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

Os meios de comunicação se constituem na principal forma para a obtenção de informações sobre o governo federal: 84,6% dos entrevistados responderam que buscam informações do governo em jornais, TV, rádio e revistas

FIGURA 7.1 – Meios de informação sobre o Governo Federal



Entre os principais veículos utilizados como fonte de informações sobre o Governo Federal destaca-se a televisão, durante a noite, utilizada por 79,3% dos entrevistados, seguida pelo rádio, 46,4%. Os sites do governo federal são utilizados por 14,5% dos entrevistados. As mesmas tendências já haviam sido verificadas na pesquisa anterior, realizada no mês de junho.

FIGURA 7.2 – Veículos de informação sobre o Governo Federal**FIGURA 7.3 – Veículos de informação sobre o Governo Federal, junho e agosto**

A televisão, durante o dia, é mais utilizada pela população mais jovem, 16 a 24 anos, e pela faixa etária acima de 50 anos. Os jornais impressos e revistas são mais utilizados pela população entre 25 e 39 anos. Já a internet é mais utilizada pelos mais jovens.

TABELA 7.1 – Veículos de informação sobre o Governo Federal, por faixas etárias

VEÍCULOS ONDE COSTUMA ACOMPANHAR INFORMAÇÕES SOBRE O GOVERNO FEDERAL	Faixa etária (anos) (%)			
	16 a 24 anos	25 a 39 anos	40 a 49 anos	50 anos ou mais
Televisão durante o dia	43,3	34,5	33,1	43,7
Televisão durante a noite	73,2	80,7	83,9	80,9
Jornais impressos	28,2	35,6	30,6	30,8
Revistas	21,3	25,0	18,0	16,0
Rádio	46,9	46,5	44,5	47,9
Internet, em sites diversos	47,8	33,9	24,6	12,0
Internet, em sites de notíc. e inf. do gov.	20,9	16,8	12,3	5,0
Total	100,0	100,0	100,0	100,0

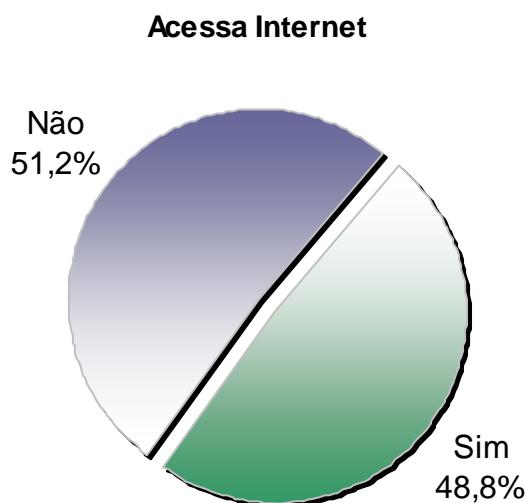
Entre as faixas de renda familiar também se verificaram diferenças. Os jornais impressos e revistas são utilizados em maior proporção pela população de renda mais alta, superior à 5 salários mínimos. A mesma tendência observa-se em relação à internet.

TABELA 7.2 – Veículos de informação sobre o Governo Federal, por renda familiar mensal

VEÍCULOS ONDE COSTUMA ACOMPANHAR INFORMAÇÕES SOBRE O GOVERNO FEDERAL	RENDA MENSAL FAMILIAR (%)			
	2 SM ou menos	Mais de 2 até 5 SM	Mais de 5 até 10 SM	Mais de 10 SM
Televisão durante o dia	41,2	37,2	34,3	40,7
Televisão durante a noite	77,6	79,6	80,9	81,7
Jornais impressos	17,4	29,5	52,0	62,5
Revistas	14,0	15,8	34,5	44,9
Rádio	47,6	45,7	44,6	45,9
Internet, em sites diversos	14,4	29,2	51,2	68,0
Internet, em sites de notíc. e inf. do gov.	6,8	12,6	24,5	34,9
Total	100,0	100,0	100,0	100,0

A Internet é um meio de comunicação acessado por parcela expressiva da população: 48,8% dos entrevistados afirmaram serem usuários da internet.

FIGURA 7.4 – Utilização da internet



Entre o público mais jovem a utilização da Internet é mais comum: 75,4% dos entrevistados com idade entre 16 e 24 anos utilizam a Internet. Essa proporção de usuários decresce para 17,9% entre os entrevistados com idade de 50 anos ou mais.

TABELA 7.3 – Utilização da internet, por faixas etárias

UTILIZA INTERNET	FAIXA ETÁRIA (%)			
	16 a 24 anos	25 a 39 anos	40 a 49 anos	50 anos ou mais
Sim	75,4	54,8	38,7	17,9
Não	24,6	45,2	61,3	82,1
Total	100,0	100,0	100,0	100,0

A utilização da internet está diretamente relacionada também à renda dos entrevistados: 74,7% dos entrevistados de famílias com renda média entre 5 e 10 salários mínimos e 88,6% dos entrevistados de famílias com renda superior a 10 salários mínimos utilizam a Internet. Entre os entrevistados de famílias com renda mensal de até 2 salário mínimos essa proporção corresponde a 28,8%.

TABELA 7.4 – Utilização da internet, por renda familiar mensal

UTILIZA INTERNET	RENDA MENSAL FAMILIAR (%)			
	2 SM ou menos	Mais de 2 até 5 SM	Mais de 5 até 10 SM	Mais de 10 SM
Sim	28,8	48,5	74,7	88,6
Não	71,2	51,5	25,3	11,4
Total	100,0	100,0	100,0	100,0

Entre o público usuário da internet, 37,1% acessam diariamente, e 16,6 apenas 1 dia por semana. Se considerarmos a amostra total, 17,8% dos entrevistados acessam a Internet diariamente.

TABELA 7.5 – Freqüência de acesso a internet

FREQUENCIA SEMANAL DE UTILIZAÇÃO DA INTERNET	% da amostra total	% público que acessa
1 dia	8,1	16,6
2 dias	6,8	13,9
3 dias	6,8	13,9
4 dias	2,9	5,7
5 dias	4,0	8,1
6 dias	2,4	4,7
7 dias	17,8	37,1
Total	48,8	100,0

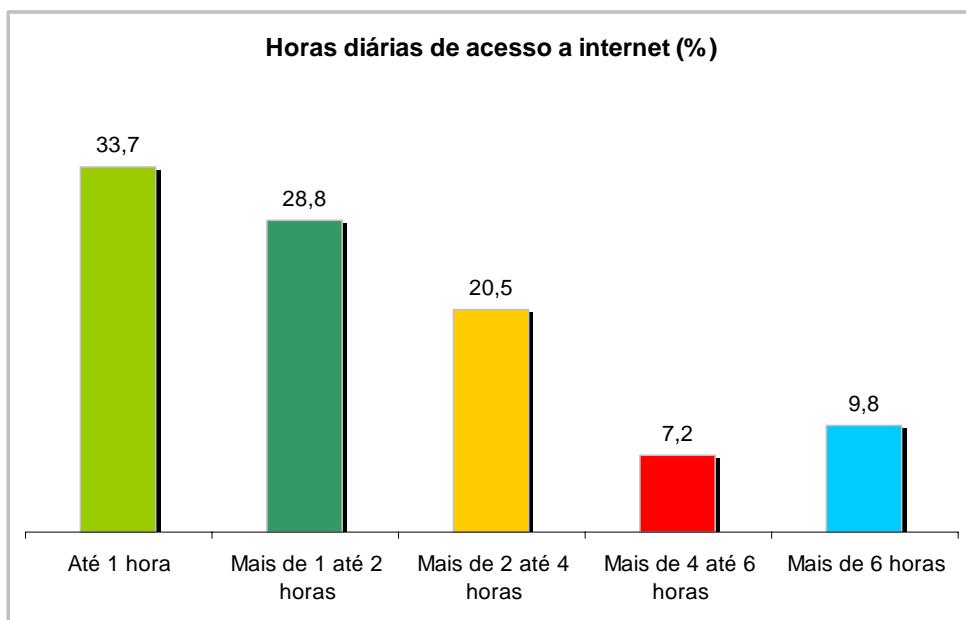
A quantidade de horas de utilização da Internet apresenta relação significativa ($p\text{-valor}<0,05$) com a freqüência de acessos. Quanto mais freqüente o acesso, maior é o tempo de utilização diária. Entre aqueles que acessam a internet apenas 1 dia por semana, 69,4% utilizam em média 1 hora e apenas 1,2% utilizam a internet por mais de 4 horas. Já entre aqueles que

acessam a rede em pelo menos 5 dias por semana, 29,5% permanecem em média conectados por mais de 4 horas.

TABELA 7.6 – Freqüência de acesso a internet por horas de utilização diária

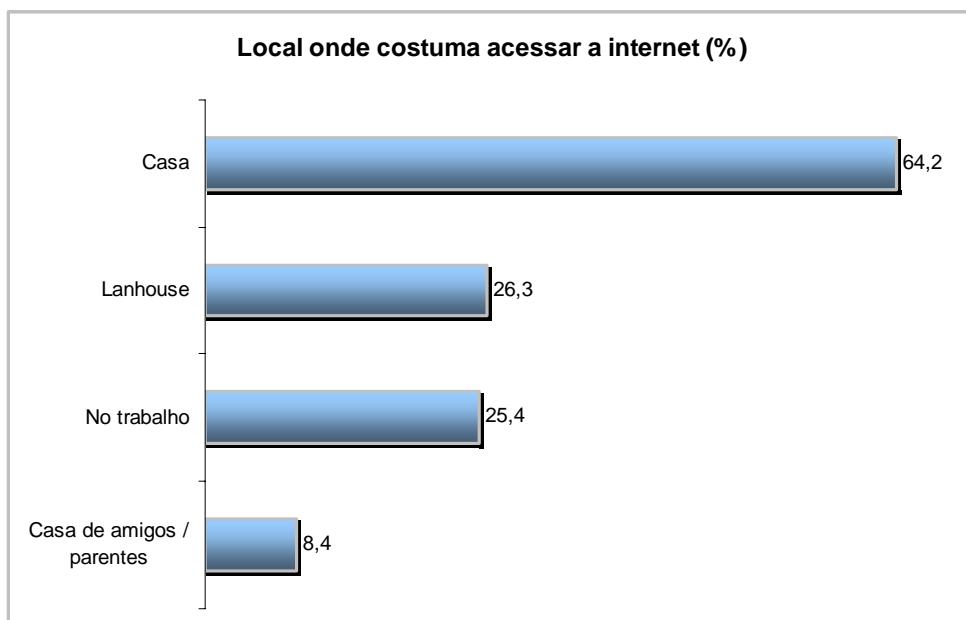
Horas de utilização média por dia	Freqüência de utilização semanal		
	1 dia	2 a 4 dias	5 dias ou mais
Até 1 hora	69,4	36,5	20,1
Mais de 1 até 2 horas	23,0	40,3	22,8
Mais de 2 até 4 horas	6,3	17,5	27,6
Mais de 4 horas	1,2	5,8	29,5
Total	100,0	100,0	100,0

FIGURA 7.5 – Número de horas médias de utilização da internet

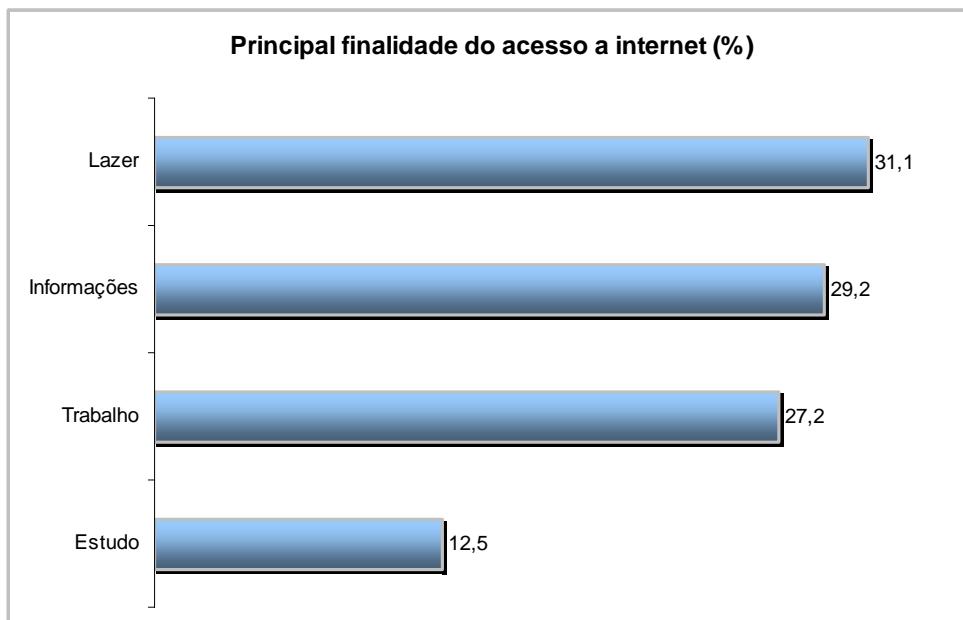


O local de acesso a internet mais comum entre os usuários da rede é a própria residência (64,2%). Outra parcela considerável desses usuários acessam a rede através de *LanHouses* (26,3%), e 25,4% utilizam a Internet no trabalho.

FIGURA 7.6 – Local onde costuma utilizar a internet



O lazer é a finalidade que ocupa a maior parte do tempo de acesso de 31,1% dos usuários da Internet, seguido pela busca de informações (29,2%) e trabalho (27,2%).

FIGURA 7.7 – Principal finalidade na utilização da internet

A finalidade de utilização da internet apresenta diferenças significativas entre os grupos etários. Entre os mais jovens é maior a proporção de entrevistados que afirmou utilizar a Internet como forma de lazer (43,9%). Já o trabalho é a principal finalidade para 37,9% dos entrevistados com idade entre 25 a 39 anos. A busca por informações é a finalidade principal de 43,9% dos usuários com idade entre 40 e 49 anos.

TABELA 7.7 – Principal finalidade na utilização da internet, por faixas etárias

PRINCIPAL FINALIDADE DE UTILIZAÇÃO DA INTERNET	FAIXA ETÁRIA (%)			
	16 a 24 anos	25 a 39 anos	40 a 49 anos	50 anos ou mais
Lazer	43,9	25,1	17,2	23,1
Trabalho	12,9	37,9	35,8	27,4
Estudo	20,4	8,8	3,0	9,4
Informações	22,8	28,2	43,9	40,1
Total	100,0	100,0	100,0	100,0

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A seguir serão apresentadas, de forma tópica, breve e resumida, as considerações finais desta pesquisa, resultantes da análise do conjunto dos dados coletados.

- 1) Houve ligeira evolução positiva das avaliações sobre vários aspectos da situação do país e da população brasileira na atualidade. A melhoria da qualidade de vida da população brasileira nos últimos anos foi percebida por proporção relativamente maior de entrevistados (passando de 53,8% para 55,3%). Corroborando esta avaliação positiva 52,7% dos entrevistados percebem que o salário em geral vem aumentando e 52,1% dos entrevistados afirmaram estar comprando mais do que compravam antes. A situação financeira individual foi considerada melhor por proporção relativamente maior de entrevistados (27,4% em agosto e 20,7% em junho), enquanto que as proporções relativas à piora financeira e à estabilidade decresceram.
- 2) A evolução positiva destes indicadores está associada à percepção de que a fase mais aguda da crise econômica já foi superada. As notícias de melhoria da situação econômica mundial, assim como do fim da recessão no país e da retomada do crescimento, fortaleceram as percepções positivas da situação econômica atual. Esta evolução positiva se refletiu no aumento considerável da percepção sobre o crescimento do país. Embora os dados não sejam comparáveis, devido à reformulação das alternativas pré-codificadas no sentido de uma dicotomização, os resultados indicam tendência nitidamente positiva, pois foi muito elevada a proporção de entrevistados que afirmaram que o país está crescendo (76,2%).

- 3) A percepção do crescimento do país e da superação da crise econômica se refletiu na diminuição significativa da proporção de entrevistados que sente medo de perder o emprego. Enquanto em junho o percentual de entrevistados que tinham medo de perder seu emprego era de 49,6%, em agosto esse percentual declinou para 41,3%. A situação relativamente melhor também foi indicada no crescimento da expectativa otimista quanto ao futuro do país: 48,0% dos entrevistados acreditam que a situação do Brasil irá melhorar nos próximos 5 anos (46,4% em junho haviam afirmado o mesmo).
- 4) Em função do quadro descrito observou-se ligeiro declínio da proporção de entrevistados que avaliam a situação do país negativamente (passando de 23,8% em junho para 21,9% em agosto). Contudo, a situação continua sendo avaliada, em maior proporção, como regular (46,5%). A situação do país foi vista como ligeiramente melhor, em função da superação da fase mais aguda da crise econômica, mas persistem os problemas estruturais históricos do país, alguns deles percebidos como agravados no contexto atual, como é o caso, especialmente, da saúde e da corrupção.
- 5) A saúde despontou como principal problema do país (passando de 22,3% para 34,2% em agosto), em função da maior repercussão dos efeitos da gripe A (H1N1) no país. A saúde destacou-se também como a área mais relevante a ser priorizada pelo Governo Federal (passando de 30,8% para 41,1%). O desempenho positivo do Ministério da Saúde no enfrentamento a gripe foi reconhecido. Em segundo lugar, destacou-se a corrupção, assunto também amplamente divulgado pelos meios de comunicação em função das denúncias sobre o Senado Federal. Cresceu consideravelmente a proporção dos que consideram o combate

a corrupção como a principal prioridade para o atual Governo Federal (passando de 8,5% para 14,4%).

- 6) Assim, embora a situação do país percebida tenha melhorado, a evolução positiva foi relativamente pequena. Persiste a convivência contraditória, observada no levantamento anterior, de fatores contrastantes. De um lado, é clara a percepção sobre o atual crescimento do país e sobre as melhorias sociais, relativas à qualidade de vida, ao aumento salarial, à melhoria da situação financeira e ao aumento poder de compra da população. Por outro lado, os problemas da saúde, da corrupção se mostraram mais graves e o problema do desemprego ainda é considerado preocupante. Embora tenha sido reduzida a proporção dos que sentem medo em perder o emprego, em função dos sinais de recuperação da economia, foi elevado o percentual indicativo da percepção de que o desemprego no país encontra-se em patamar elevado (57,6%). As melhorias sociais foram percebidas e reconhecidas, mas o problema da pobreza é visto como persistente. Os esforços governamentais são vistos como inexistentes ou insuficientes nas áreas mais críticas em especial saúde, segurança, corrupção e desemprego.
- 7) Embora a maioria não esteja sendo afetada diretamente pela crise, manteve-se grande a desconfiança sobre a capacidade do governo enfrentar a situação. Não há comparabilidade com os dados da pesquisa anterior (junho), em função da alteração das alternativas pré-codificadas. Mas, de qualquer modo, foi mantida a mesma tendência de predominância dos fatores internos, entre eles a atuação do governo, percebidos como os principais responsáveis pela crise econômica. A avaliação da atuação do Governo Federal diante da crise foi considerada por 43,7% como regular. Foram relativamente maiores as avaliações positivas (34,4%) do que as negativas (18,0%). Embora as

alternativas pré-codificadas não sejam as mesmas do levantamento anterior, observou-se a mesma tendência de uma avaliação regular relativamente maior. Não obstante foi manifestada grande confiança em que o Brasil sairá fortalecido desta crise, seguindo tendência similar (ligeiramente mais favorável) a observada na pesquisa anterior.

- 8) Houve grande reconhecimento, do mesmo modo que na pesquisa anterior, do desempenho positivo da atuação do Governo Federal em relação aos programas avaliados (Escolas Técnicas Federais, Bolsa Família, Farmácia Popular Pró-Jovem, Samu, Prouni), exceto o Pronasci. As proporções de avaliação positiva foram elevadas, atingindo percentuais superiores a 60%. O Pronasci foi avaliado positivamente por 40,2% dos entrevistados.
- 9) Atuação do Governo Federal foi avaliada positivamente em maior proporção nas áreas de combate a fome (42,2%), educação e habitação (ambos 29,9%). Os piores desempenhos setoriais foram nas áreas de combate à corrupção (70,3% avaliaram negativamente), segurança (56,4%), saúde (48,2%), e geração de empregos (41,6%). Deve-se ressaltar que saúde e combate a corrupção foram áreas consideradas prioritárias para a ação do Governo Federal por crescentes e consideráveis contingentes populacionais.
- 10) A avaliação dos hospitais públicos e postos de saúde foi predominantemente negativa. Contudo, os índices de avaliação positiva entre os usuários do sistema foram superiores aos dos que não utilizam postos e hospitais públicos. A mesma tendência se observou em relação à educação. Aqueles que estudaram, estudam ou possuem filhos estudando em colégios públicos, tendem a avaliar a educação pública de forma mais positiva do que aqueles que não utilizam o sistema público de educação.

- 11) Foi considerável o crescimento da proporção entrevistados que tem algum conhecimento sobre o PAC (48,8%), embora os resultados da pesquisa anterior e desta não sejam comparáveis por diferenças de formulação das alternativas. O nível de desconhecimento ainda é alto (51,2%). A avaliação do PAC manteve-se positiva. Elevou-se a proporção dos que conhecem as obras do PAC (passando de 22,9% para 34,6%). Também foi observada a mesma tendência de predomínio de avaliações positivas no caso do Programa Minha Casa Minha Vida.
- 12) Embora a avaliação do desempenho do governo nas principais áreas tenha se mantido estável ou mesmo tenha alcançado evolução positiva, exceto nas áreas de saúde e combate à corrupção, e embora os indicadores da situação do país em relação ao desenvolvimento econômico e melhoria da qualidade de vida da população também tenham se elevados ligeiramente em termos positivos, foi observado um pequeno declínio nas proporções de avaliação positiva do Governo Federal, do Presidente Lula, da equipe do Presidente Lula, assim como na aprovação do atual Governo Federal. Se por um lado os efeitos da crise econômica dão sinais de enfraquecimento e poderiam influenciar positivamente esses índices, por outro lado, os recentes escândalos no Senado colaboraram para o decrescimento dos índices de avaliação e aprovação do Governo Federal.
- 13) O declínio mais acentuado se verificou na avaliação positiva do Governo Federal (49,2% para 42,7%). A avaliação positiva do desempenho do Presidente Lula decresceu 3 pontos (passando de 60,5% para 57,9%) e a avaliação positiva do desempenho da equipe do governo Lula 4 pontos (35,3% em junho e 31,0% em agosto). A proporção indicativa da aprovação do governo também seguiu a mesma tendência passando de 77,9% em junho para 74,7% em agosto. Esta

aprovação não significa apoio incondicional. Para a maioria (59,8%) o governo está cumprindo parcialmente com as expectativas. Seguindo a tendência de declínio dos índices de avaliação do Governo Federal, a percepção da comparação entre a primeira e segunda gestão do governo Lula também sofreu um ligeiro decréscimo de 46,0% para 43,9% em agosto.

- 14) O contexto dos dados analisados sugere que a crise do Senado esteja repercutindo de forma negativa na avaliação do Governo Federal em função do apoio público do Presidente Lula ao Presidente do Senado José Sarney, principal alvo das denúncias de irregularidades feitas pela mídia. O decréscimo observado, contudo, pode ser conjuntural. O próximo levantamento da pesquisa regular irá indicar a evolução da tendência observada. A proporção de 74,7% de aprovação é ainda muito elevada, mas a tendência indicada recomenda ação de neutralização da possível contaminação do Governo Federal pela crise do Senado.
- 15) Os índices de desempenho e aprovação do atual Governo Federal seguem tendências similares quando avaliados regionalmente: melhores índices nas regiões Norte/Nordeste e piores índices nas regiões Sul/Sudeste, tendo a Região Centro-Oeste uma posição mediana entre os dois extremos. Na Região Sul a proporção de aprovação decresceu para 60,2%, enquanto no Nordeste elevou-se para 86,3%. Do mesmo modo, a Região Nordeste apresentou a maior proporção de entrevistados que consideram as suas expectativas sobre o Governo Federal plenamente satisfeitas (30,5%). Já na Região Sul esse percentual foi de apenas 6,6%.
- 16) Tendência similar foi observada na diferenciação por nível de renda: proporções mais elevadas de aprovação do Governo Federal foram encontradas nas famílias com rendimento mais baixo (84,0% dos que

recebem até 2 salários mínimos aprovam o atual governo, enquanto apenas 57,7% fazem o mesmo na classe de rendimento superior a 10 salários mínimos). Do mesmo modo, a satisfação plena das expectativas com o Governo Federal foi verificada em maior proporção nos entrevistados de famílias com rendimento mais baixo (23,9%). No grupo de rendimento familiar superior a 10 salários mínimos esse percentual foi apenas 5,8%.

- 17) Na Região Nordeste a melhoria na qualidade de vida da população foi percebida por proporção significativamente maior (62,5%) do que nas regiões Sul (52,9%) e Sudeste (50,7%). As regiões Norte e Nordeste apresentaram as maiores proporções da percepção de que os salários vêm aumentando nos últimos anos. Enquanto nessas regiões esse índice atinge patamares superiores a 65,0%, na Região Sudeste declinou para 47,0%, alcançando proporções ainda menores na Região Sul (40,4%). A percepção de melhoria na situação financeira individual apresentou maiores percentuais na região Nordeste (36,0%) e menores na Região Sul (17,1%).
- 18) Além dos meios tradicionais - televisão (à noite, principalmente), rádio e jornal impresso – a Internet despontou como fonte de informação sobre o Governo Federal utilizada por grupo considerável (30,8%), do mesmo modo que na pesquisa anterior. Também foi expressiva a proporção de entrevistados que afirmou utilizar os sites do Governo Federal (14,0%). Utilizam a Internet 48,8% dos entrevistados, especialmente o segmento jovem em que este uso alcança 75,4%. O acesso diário é elevado (37,1%). Estes dados sugerem, corroborando a tendência indicada no levantamento anterior, a relevância deste meio como instrumento para potencializar os esforços de comunicação do Governo Federal.